

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

Caio V. S. Dorigoni

**Estratégias de legendas partidárias de pequena expressão nas eleições
municipais em Santa Catarina**

Florianópolis, SC

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

**Estratégias de legendas partidárias de pequena expressão nas eleições
municipais em Santa Catarina**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser
apresentado como requisito para a
obtenção do grau de bacharel em Ciências
Sociais da Universidade Federal de Santa
Catarina

Orientador: Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão

Graduando: Caio V.S. Dorigoni

Florianópolis, SC

Dezembro de 2011

BANCA EXAMINADORA DO TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO

ALUNO: Caio V.S. Dorigoni

ORIENTADOR: Prof Dr. Yan de Souza Carreirão

MEMBROS DA BANCA:

Prof. Dr. Yan de Souza Carreirão
Orientador

Prof. Dr. Julian Borba

Prof. Dr. Erni José Seibel

Data: 15/12/2011

SUMÁRIO

Introdução.....	5
Retrospectiva do sistema político brasileiro com ênfase na trajetória dos pequenos partidos	6
Regulamentação eleitoral básica e conceito de coligações	17
Importância do horário eleitoral.....	21
Critérios para clivagem de eleições e partidos.....	22
Breve Histórico das legendas.....	37
Análise dos dados.....	48
Conclusões.....	62
Referências Bibliográficas	65
Anexos.....	69

Introdução

Pretendo através deste trabalho, compreender as estratégias de ação dos partidos pequenos no estado de Santa Catarina para fins de lançamento de candidaturas e composição de coligações em eleições municipais.

Inicialmente torna-se necessário identificar quais legendas se encontrariam nesse estrato; diferenciando-as de partidos médios e grandes, para tanto utilizo a combinação do número de filiados com sucesso eleitoral.

A realização de uma retrospectiva histórica a respeito de suas trajetórias auxilia no conhecimento da pouco discutida participação dos partidos pequenos no cenário político catarinense, apontando a existência ou não de coesão entre os diferentes municípios ao procurar coligar-se, bem como estratégia predominante nas eleições majoritárias (candidatura isolada; coligação com ou sem presença de partidos grandes) e seu desdobramento nas eleições proporcionais para o cargo de vereador (se mantém a mesma chapa das eleições para prefeito ou esta se desdobra em coligações menores), em caso de fragmentação qual seria sua estratégia (lista isolada; coligação com outro(s) pequeno(s); coligação com outro(s) grande(s), etc. No caso específico de coligações proporcionais com participação de partidos pequenos e grandes na mesma lista, será importante avaliar qual a contribuição efetiva dos candidatos e legenda de partidos pequenos para a mesma.

Diferenças na definição de estratégias ao se comparar municípios com e sem presença de horário eleitoral gratuito na televisão também são abordadas no trabalho com intuito de identificar se o direito ao tempo de exposição televisiva traz modificações ao se compor estratégias políticas.

Tal análise permitiria traçar um panorama de sua atuação, buscando identificar em que medida são importantes ou determinantes para a transcorrência do processo democrático.

Os dados trabalhados no presente texto foram coletados a partir de fontes oficiais: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

(TRE/SC); tabulados e cruzados de acordo com os objetivos desejados utilizando os programas SPSS e Excel

1. Retrospectiva do sistema político brasileiro com ênfase na trajetória dos pequenos partidos

A afirmação da política partidária enquanto vetor democrático de uma sociedade moderna teve surgimento e gradual evolução no seio da civilização política liberal ocidental, tendo sua expansão acompanhado o gradual desenvolvimento das práticas democráticas ao longo do planeta.

Os sistemas de partidos são considerados um subsistema da política como um todo, estando em permanente interdependência com este meio (MARQUEZ, 2003) A origem do conceito de partido é indeterminada, desde o surgimento das sociedades humanas existe caráter político em facções como clãs e bandos que visavam a defesa de interesses próprios enquanto grupo autóctone dentro de um determinado grupo populacional. O conflito surgiu e manteve-se como um modo básico da vida em sociedade (MARQUEZ, 2003). Os grupos eram partes que dividiam sociedades podendo reivindicar bens comuns, mas muitas vezes buscando tirar proveito próprio. A organização de tais sociedades em partidos legalmente organizados com reivindicações dispostas através de planos e programas visando um bem comum deu-se com a modernização e a afirmação das práticas liberais.

Em 1850 apenas os EUA contavam com um sistema partidário livre e amparado por ampla liberdade de expressão e formação, Autores como Lapalombara e Weiner (1972), citados por Bravo (2003) afirmam que usar o termo partido político para definir as instituições vigentes antes de meados do século XIX seria incorrer em grande imprecisão. Embora organizações com funções semelhantes às das atuais tenham existido ao longo de diversas outras passagens da humanidade, aquelas não perfaziam as mesmas práticas ou gozavam do mesmo status, poder e abrangência. Em todas as sociedades adotantes do sistema partidário liberal primeiro adotou-se um sistema político para posteriormente evoluírem dentro dele instituições com objetivos e práticas plenamente democráticas.

Um perigoso resultado do desenvolvimento partidário seria um estado de *partidocracia*, fenômeno consistente na evolução da prática política para uma situação em que as decisões não ocorram desde as instituições partidárias, e sim *para* as mesmas, é um fenômeno desvirtuador da democracia que reduz as instituições a meros clãs que buscam o benefício da própria sigla, através de negociações e divisão de poderes, o objetivo da política partidária nesse estágio deixa de ser o bem comum para o bem do partido, as decisões passam a beneficiar situações promotoras de possível crescimento futuro do poder partidário; isto ocorre em detrimento das necessidades reais da população representada. (BRAVO, 2003.)

A consolidação da democracia no Brasil perfez diversas regulamentações distintas ao longo da construção e constituição do atual conjunto de instituições representativas. Bem como dos meios, eleitorais ou não, de acesso a cargos e posições de poder dentro da esfera política. Tal processo foi marcado por diferentes estágios, os quais não necessariamente apresentaram evoluções em determinados aspectos com relação à regulamentação antecessora, admitindo, entretanto, na maioria das vezes a presença de partidos políticos como vetores democráticos.

Legendas de pequena expressão tiveram sua possibilidade (legal ou prática) de existência dificultada ou proibida em diversos períodos do sistema político brasileiro, cuja primeira regulamentação eleitoral, instituída nos princípios do império estabeleceu um processo fragmentado (CARVALHO, 1998) com votações ocorrendo em quatro etapas, os cidadãos com poder de voto elegiam dentre seu colégio eleitoral os eleitores compromissários, que iriam representá-los em um sufrágio posterior e assim por diante, ao todo eram eleitos representantes de paróquia, província e comarca, para por fim, se chegar à eleição para deputado, nesse ínterim geralmente ocorriam fraudes, muitas vezes generalizadas (CARVALHO, 2001). O voto era aberto e permitido por procuração, além do que não havia lista prévia de aptos ao pleito, ou seja, a mesa poderia recusar qualquer voto alegando insuficiência na documentação ou comprovação de renda, entre outros instrumentos facilitadores, (SALGADO & GABARDO, 2003). Além do que, a existência do poder moderador, com a concentração de amplos poderes pelo imperador, lhe permitia aplicar entraves ao processo eleitoral bem como a eventuais candidaturas.

O sistema partidário foi em síntese bipolar ao longo do Império, modificando-se o nome dos principais partidos nos períodos do primeiro reinado, regência e segundo reinado, (destacando-se nesse último os partidos Liberal e Conservador, os principais do império) mudanças nas quais mantinha-se virtualmente a mesma estrutura e grupo dominante de uma das organizações do período anterior, mantendo um *continuum*.

O período seguinte, pós proclamação da República trouxe mudanças significativas no processo eleitoral; a constituição de 1891 banuiu o voto censitário e obviamente aboliu o poder moderador, o que representou relativo avanço. A participação, porém, continuou muito baixa, restrita a homens alfabetizados, o voto aberto prejudicava a transparência do processo e existem relatos de fraudes generalizadas. *“ Fenômenos como o coronelismo, o voto de cabresto e as fraudes faziam com que a eleição fosse mais um acordo entre as oligarquias do que uma disputa pela conquista dos votos individuais dos eleitores (o que não quer dizer que as eleições não tivessem importância, nem que não fossem disputas renhidas, mas sim que elas se processavam por mecanismos bem mais elitistas do que os de hoje). ”*(BACKES, 2001).

Do ponto de vista partidário a República Velha apresentou um sistema fragmentado, quase feudal, com partidos estadualizados, os núcleos partidários surgiram agregando elementos internos das províncias distintas, sendo as mais fortes São Paulo e Minas Gerais, seguidas pelo Rio Grande do Sul. Os principais partidos do período foram o Partido Republicano Mineiro (PRM) e seu homônimo paulista (PRP). Motta (1999) caracteriza a regionalização como uma reação ao centralismo do estado imperial; o novo regime aumentava o poder das províncias e era livremente inspirado no modelo norte-americano de federalismo.

Houve algumas tentativas infrutíferas para a criação de partidos federais, a maioria delas fracassadas por desistência ou baixa adesão de lideranças locais em unirem-se, cada partido estadualizado representava poderes patronais das oligarquias vigentes, geralmente coalizões dominadas por clãs familiares, patriarcalistas e clientelistas. Tais líderes foram gradualmente dominando o poder de forma absoluta a ponto de formarem partidos únicos em quase todos os estados, ou seja ao superar os conflitos internos do próprio partido, o candidato que conseguisse ser nomeado por ele estaria praticamente eleito (MOTTA, 1999).

A revolução de 1930 e a era Vargas trouxeram mudanças significativas ao processo político, não tanto pela implantação de uma democracia definitiva, mas pelas mudanças no código eleitoral que permitiram o voto feminino e instituíram votação secreta, foram criados partidos nacionais e o poder coronelista foi combatido e minimizado. Nesse período surgiu o primeiro sistema incipiente de lista aberta para os cargos proporcionais (NICOLAU, 2006). Tendo sido um sistema misto, combinando aspectos de sistemas proporcionais e majoritários. (NICOLAU, 2002)

O sistema implantado permitia a livre criação de legendas, de modo que várias surgiram. Entre as principais organizações políticas estavam a Aliança Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado que seguia forte orientação fascista, e Aliança Nacional Libertadora (ANL), com postura mais populista e especialmente anti-fascista. Ambas as organizações destacavam-se como centralizadoras do poder nacional, a nova regulamentação permitiu maior participação popular nas decisões políticas, atraindo interesse da população às causas (MOTTA, 1999). Embora ainda houvessem diversos partidos regionalizados, alguns muito pequenos.

Tal surto democrático permaneceu vigente apenas entre 1932 e 1937, quando o próprio Vargas aplicou um golpe de estado que lhe estabeleceu poderes ditatoriais, reduzindo nos anos seguintes a participação política a níveis mínimos; a restauração plena das instituições democráticas só viria com sua saída do poder, em 1945.

O declínio das ditaduras européias fez com que surgisse também no Brasil um movimento pela democratização, este teve o apoio da imprensa e de setores políticos e militares. A queda dos regimes fascistas e nazista, ao fim da Segunda Guerra Mundial, propiciou a restauração da democracia brasileira em 1945. (CARVALHO, 2007). Getúlio Vargas renunciou sob pressão, sendo sucedido por José Linhares, em cujo governo, que durou apenas três meses, foi organizada a primeira eleição realmente democrática no país.

A nova república implantada de forma definitiva em 1946 tinha um sistema político central, multipartidário e com legendas nacionais, eram possíveis as coligações, partidos se uniam em chapas para disputar as eleições proporcionais (deputado federal, deputado estadual e vereador), formando assim um quociente eleitoral que determinava a quantidade de vagas a serem atribuídas aos candidatos mais votados de cada partido ou coligação, de acordo com a participação de sua votação no número total de votos válidos.

Do ponto de vista partidário, as primeiras agremiações surgiram antes mesmo da redemocratização, no início de 1945, aos primeiros sinais de arrefecimento da ditadura Vargas, e consistiram nas três principais legendas existentes ao longo da República Populista, (CARVALHO, 2007). União Democrática Nacional (UDN) formada principalmente por resquícios autoritários, coronelistas e oligarcas remanescentes da República Velha, não possuindo vínculos com a estrutura centralizada e populista do estado novo (SCHMITT, 2000).

O Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) tinham bases sólidas na política populista de Getúlio Vargas; o primeiro tinha forte apoio da bancada ruralista, sendo bem fundamentado em pequenas cidades. Foi criado especialmente por interventores estatais nomeados durante o Estado Novo (CARVALHO, 2007), e foi o partido predominante no Brasil durante praticamente toda sua existência no que diz respeito ao número de cadeiras ocupadas no legislativo nacional. Já o PTB foi majoritariamente urbano e bastante fundamentado em bases trabalhistas a partir do vínculo entre Getúlio e os sindicatos.

Estes três partidos foram predominantes em sucesso eleitoral para todos os cargos ao longo da quarta república (CARVALHO, 2007; NICOLAU, 2004), entretanto houve diversas legendas de menor expressão que por vezes obtiveram êxito em determinadas eleições, inclusive para o executivo. Muitas vezes tal sucesso não era baseado no poder ou organização partidária, e sim na força da figura que candidatava-se, seria relevante frisar que apesar do fortalecimento da estrutura dos partidos ainda prevalecia uma volatilidade eleitoral alta e o discurso populista (de candidato individual) também continua a ter mais peso que os partidos políticos, isto é, candidatos sem compromisso partidário continuaram a ser eleitos para altos cargos (MAINWARING, 2001)

Nicolau (2004) apresenta uma lista de 17 partidos menores que participaram dos pleitos entre 1946 e 1962, entre os quais pode se destacar o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que foi cassado durante o governo Dutra e disputou apenas uma eleição, com relativo êxito. O Partido Democrata Cristão (PDC), elegeu em 1960 o presidente da República Jânio Quadros (com apoio da UDN); Partido Social Progressista (PSP) e Partido de Representação Popular (PRP), ligados diretamente às figuras de respectivamente Adhemar de Barros e Plínio Salgado. Além desses, pela votação minimamente expressiva

em eleições proporcionais, pode-se destacar a existência do Partido Republicano (PR), todos os outros tiveram pouca significância.

O golpe de 1964 interrompeu o processo de consolidação deste sistema partidário, em outubro de 1965 o Ato Institucional número dois (AI-2) extinguiu todos os partidos do período democrático. Com o ato complementar número quatro (AC-4), aprovado cerca de um mês depois do AI-2, determinou-se a criação de novos partidos que tinham como pré-requisito o apoio de no mínimo um terço dos senadores e deputados eleitos em 1962; o limite praticamente impossibilitava a criação de três partidos; surgiu assim, um sistema bipartidário com as formações partidárias da Arena e MDB agregando parlamentares oriundos dos partidos do antigo regime (BOURDOUKAN & BRAGA, 2009). Dando legitimidade ao sistema bipartidário, ou seja, os militares não tiveram dificuldades para organizar o novo regime, uma vez que muitos políticos – pré 1964 – apoiaram o golpe. Os militares não só tomaram, para si, o poder, como o controlaram por duas décadas. (NICOLAU, 2004).

Durante grande parte (1966-1982) do período militar não houveram eleições para governador nem diretas para presidente da república, o senado contava com uma parcela de membros biônicos, que eram também indicados, não eleitos por voto popular. Além do que os prefeitos de capitais estaduais e cidades consideradas “estratégicas” por qualquer motivo (no mais das vezes fronteiriças ou detentoras de pólo industrial importante) também tinham prefeitos indicados. A democracia se resumia à eleição de uma parte dos senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores, além de prefeitos das cidades excluídas das categorias citadas acima.

Do ponto de vista partidário a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) formava a base de sustentação dos governos militares e era amplamente apoiada por eles, o MDB foi um partido de oposição. Em suas formações iniciais os governistas receberam maciça migração dos membros da UDN, enquanto o MDB recebeu a maioria dos filiados ao PTB, os membros do PSD se dividiram, mas com tendência ao novo partido governista (GUINSBURG, 2009). O início desse sistema foi marcado por forte sucesso da ARENA, com forte crescimento do MDB registrado a partir de 1974

A lei número 6.767 de dezembro de 1979 reformou a Lei Orgânica dos partidos revogando as normas estabelecidas ao longo do regime militar, reduzindo, portanto, as

exigências para a criação de novas legendas, fato que levou à fundação e criação de partidos ainda ao longo do ano seguinte. (BOURDOUKAN & BRAGA, 2009). Nesse período surgem seis partidos: PMDB, diretamente fundado a partir das bases do MDB, e PDS, este oriundo da ARENA. Os demais, PDT, PTB, PT e PP foram criados a partir de dissidências de ambos os partidos, especialmente do MDB, unidas a forças agregadas por recém-retornados do exílio e novas lideranças até então independentes. O projeto de criação do PP fracassou e o partido não chegou a disputar nenhuma eleição, tendo seus fundadores diluídos entre as demais legendas, especialmente o PMDB, com a qual oficialmente se fundiu em fevereiro de 1982.

As eleições de 1982 ocorreram para todos os cargos, exceto para presidência da república e prefeituras das capitais e ditas cidades estratégicas, as quais só viriam a ocorrer em 1989 e 1985, respectivamente. Segundo Melo (2000, 2007) a primeira eleição do novo sistema democrático brasileiro, apesar de pluripartidarista refletiu em grande parte resquícios bipartidários, as normas eleitorais eram rígidas e obrigavam o voto vinculado, um eleitor só poderia votar em candidatos do mesmo partido, além da exigência de que uma agremiação somente pudesse disputar eleições em um estado caso compusesse candidaturas para todos os níveis de cargo. Tal normalização dificultou o estabelecimento dos partidos pequenos a nível nacional, fazendo com que os resultados eleitorais mantivessem um forte predomínio de PDS/PMDB, ou seja, a manutenção do sistema anterior.

A situação só se modificou em maio de 1985, com a aprovação da emenda constitucional número 25 que eliminou diversas barreiras para criação e organização partidária. A regulamentação garantia a “ livre criação de Partidos Políticos. Sua organização e funcionamento resguardarão a Soberania Nacional, o regime democrático, o pluralismo partidário e os direitos fundamentais da pessoa humana.”

Em seu primeiro parágrafo constava ainda um entrave à atuação de legendas de pequena expressão, negando direito à posse no Senado Federal e na Câmara dos Deputados o Partido que não obtivesse o mínimo de 3% dos votos apurados em eleição geral para a Câmara dos Deputados e distribuídos em pelo menos 5 Estados, com o mínimo de 2% do eleitorado de cada um deles. A lei, entretanto, garantia aos políticos eleitos por partidos que não satisfizessem essa legislação, dois meses para mudar-se para outro que houvesse conseguido quorum. Restringindo, portanto, o prejuízo por eventual insuficiência ao

partido, não aos candidatos. A lei desimpediu a fidelidade partidária (MIRANDA, 2008), implicitamente considerando o mandato uma prerrogativa do eleito e não do partido.

A regulamentação, no entanto, facilitava a criação de partidos, permitindo inclusive que estes disputassem eleições sob registro provisório, ou mesmo mediante autorização especial para concorrer em um pleito específico, ou seja, após uma breve inscrição no TSE, poderia se disputar uma eleição sem deferimento definitivo ou sequer provisório de sua agremiação. O que permitiu a criação de diversos novos partidos, como PFL, oriundo do PDS, e PSDB, formado especialmente por dissidentes do PMDB. PCB, PDC, PL e PSB recriados com inspiração em partidos da extinta república populista. PCdoB dissidência comunista proveniente do combate à ditadura oficializado enquanto partido político, entre diversos outros.

A flexibilização das regras para criação de novos partidos promoveu literalmente um multipartidarismo, entretanto muito fragmentado. O número de partidos evoluiu gradativamente após 1986, chegando a grandes quantidades no início dos anos 90. A partir de 1994, o número de partidos de pequena expressão diminuiu e se configurou em torno de 30 a cada eleição.

A constituição de 1988 facilitou de uma vez por todas a normalização para criação de novas legendas, pois equiparava partidos a meras associações (art. 17, § 2º) reduzindo a eles o controle do Tribunal Superior Eleitoral, abolindo de vez a disciplina partidária e mantendo a representação eleitoral por parte dos partidos “provisórios”, que passaram a ter inclusive direito a tempo de exposição midiática gratuita no rádio e televisão. O único retrocesso em relação a 1985 no que diz respeito à facilidade de criação de um partido foi o fim da autorização mediante petição para se concorrer em um pleito, ou seja, seria necessário ao menos o registro provisório, o que na prática não modificou o cenário pois a solicitação do protocolo se tornou tão facilitada quanto as antigas petições.

Segundo Ferreira Filho (1994), os “*Oito anos de vigência dessas regras trouxeram-nos a um quadro muito semelhante ao do início dos anos sessenta. Aos partidos é imputada responsabilidade por uma crise de governabilidade de que sofre o País, discute-se a reforma do estatuto partidário, bem como a do sistema eleitoral.*” Ou seja, o período entre a constituição de 1988 e a lei número 9.096 de 1995, consolidada especialmente durante os anos de 1996 e 1997, refletiu em uma grande democratização da regulamentação partidária.

No período compreendido entre 1988 e 1995 se permaneceu aplicando a Lei Orgânica nº 5682 de 21.07.71. A legislação então aplicada, apesar de facilitar a criação de partidos políticos (precisando de apenas 101 pessoas), dificultava a sua efetivação. No prazo de um ano, os partidos precisavam realizar convenções no mínimo em 9 estados. Para isso, em cada um eram necessárias convenções em 20% dos municípios, contando com um número mínimo de 2% do eleitorado local. A impugnação de uma das convenções municipais era suficiente para invalidar todo o trabalho realizado, tendo de se recomeçar todo o processo desde o início. A obtenção da licença provisória era, entretanto, bastante simples.

Veio em decorrência da consolidação disto, a criação de diversos partidos de ocasião, desprovidos de qualquer expressão política, cuja existência foi tão despercebida que é hoje pouco lembrada, surgidos especialmente entre os anos de 1988 e 1992 como PCN, PNTB, PEB, PHN, PSP, PLP, PBM, PMSB, PDCdoB e PMB, entre diversos outros. A maioria dos quais disputou apenas uma eleição, sob registro provisório (fator permitido pela regulamentação vigente) e sem qualquer base política satisfatória. A extinção vinha evidentemente devido ao não cumprimento de todas as normas necessárias para sua consolidação, entretanto a criação e participação em ao menos uma eleição eram muito facilitadas, com amplos direitos de coligação e tempo de mídia.

É fato que algumas legendas deste tipo serviam apenas para interesses personalistas, e o exemplo mais clássico é o do PSP partido criado para viabilizar a candidatura do Jornalista Marronzinho (José Alcides de Oliveira), proprietário de um jornal de cunho popular, à presidência da república, fato que mais visava promover seu negócio que propriamente apresentar propostas ou estabelecer uma candidatura séria. Diversos outros exemplos menos caricatos mostram “partidos de um homem só” destinados a praticamente fomentar a imagem de seu líder, e na maioria das vezes única figura expressiva, valendo-se do horário midiático gratuito. São exemplos mais conhecidos o PRONA de Dr. Enéas Carneiro, e os posteriores PSDC e PRTB que apresentam em constante exposição televisiva as figuras de, respectivamente, José Maria Eymael e Levy Fidélis. Outro exemplo menos lembrado é o do Partido das Reformas Sociais (PRS), que durante as eleições de 1990 lançou sob registro provisório candidaturas apenas no estado de Minas Gerais, acabando por eleger o governador Hélio Garcia.

Houve inclusive a situação de um presidente (Fernando Collor de Mello) eleito pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), que à época do pleito não constava sequer com registro definitivo deferido no TSE, o qual só veio a ser viabilizado alguns meses depois, o próprio Collor inclusive utilizou o PRN como válvula de escape para estabelecer de maneira mais simplificada a candidatura, haja vista que em seu partido anterior, o PMDB havia nomes fortes no páreo pela indicação, como o deputado Ulysses Guimarães, o governador da Bahia Waldir Pires e o político goiano Íris Rezende. *Nas eleições de 1989, a fragmentação partidária estava evidenciada com as vinte e duas candidaturas à presidência da república. Os candidatos da esquerda, Luís Inácio Lula da Silva do PT e Leonel Brizola do PDT, foram surpreendidos pelo desconhecido Fernando Collor de Melo, ex-governador de Alagoas e candidato à presidência pelo recém-criado e inexpressivo PRN. Com a vitória de Collor, ficaria comprovada a fragilidade dos partidos brasileiros.* (VIANA, 2008), naquele momento.

Essa situação não contribuiu para o aprimoramento da democracia, possibilitando a redução do processo eleitoral a uma disputa entre indivíduos. O vínculo precário ou provisório a um partido cujo programa poucos conhecem e cujos eleitos tinham a prerrogativa de não obedecer dificultava o processo governamental. (FERREIRA FILHO, 1994)

O gradativo inchaço, consecutivo à constituição foi imenso, sendo que em 1991 chegou-se ao número de mais de quarenta partidos registrados junto ao TSE, sendo que outros já haviam desistido ao longo dos anos de 1989 e 1990, e mais alguns seriam criados posteriormente, inclusive várias agremiações locais criadas para disputar as eleições municipais de 1992, algumas das quais postulantes em apenas uma unidade da federação. *Com a volta das eleições e a retomada da democracia, de 1985 aos dias atuais, quase 80 partidos já participaram de eleições.* (VIANA, 2008)

Face esta desorganização, urgiu-se a necessidade de uma normalização mais rígida quanto à criação de novos partidos políticos, bem como a regulamentação e filtragem dos já existentes, foi portanto aprovada a nova Lei dos Partidos Políticos. A Lei nº 9.096/95, e seus posteriores desdobramentos estabeleceram critérios mais intransigentes para criação de agremiações, notadamente a exigência de coleta de assinaturas de apoio para registro. O surgimento de um novo partido torna-se a partir de então possível, mas desde que se

respeite uma representação mínima. Devendo possuir no mínimo 101 fundadores distribuídos em pelo menos 9 unidades da federação, além de contar com o recolhimento de assinaturas de pelo menos 0,5% do eleitorado nacional votante nas últimas eleições para Deputado Federal, mais 0,1% de assinaturas referentes ao eleitorado constituído em cada unidade da federação.

As novas regras exigiam (até as eleições de 2010) um mínimo de 468.890 assinaturas em todo o território nacional, com cotas mínimas em todos os estados da federação. Tal regulamentação dificulta a criação de partidos sem apelo popular. Com isso a possibilidade de disputar eleições sob registro provisório foi extinta, a regulamentação impediu a criação de novas legendas, entretanto as já existentes, e registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de maneira provisória, tiveram seu registro definitivo homologado ao longo dos anos seguintes, mesmo que não satisfizessem a nova regra. O fato, baseado na constituição nacional que indica que novas leis não podem retroagir para prejudicar, auxiliou os partidos PHS (então PSN), PSDC, PSTU, PCO, PTN, PSL, PST (já extinto) e PAN (também extinto) a obterem legalidade definitiva entre os anos de 1995 e 1998 devido a direitos adquiridos, embora nenhum deles obedecesse aos novos requisitos. Necessitando apenas do cumprimento das normas vigentes na data da entrada do protocolo.

Segundo Kinzo (2004) o número de partidos efetivos era superior a cinco em treze dos 27 estados da federação, para além dessa constatação pode-se observar o papel direto de várias outras legendas menores ocupando posições estratégicas no sistema político. *“A fragmentação do sistema partidário não seria um problema para o funcionamento da democracia caso não afetasse a inteligibilidade do processo eleitoral, isto é, a capacidade de o sistema produzir opções claras para os eleitores, permitindo-lhes escolher com base em seu conhecimento sobre os partidos ou sua identidade”* (KINZO, 2004). Portanto a existência de diversos partidos dividindo o mesmo nicho eleitoral tenderia a ser um empecilho ao eleitor no momento de decidir seu voto bem como criar claras identificações político-partidárias.

Após a consolidação das novas normas, apenas quatro partidos foram criados de fato, dos quais apenas dois já chegaram a disputar eleições. O PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) e o PRB (Partido Republicano Brasileiro). O primeiro, oriundo de uma ala radical do Partido dos Trabalhadores, contou com a liderança da então senadora Heloísa

Helena que aglutinou um apelo popular bastante expressivo, conseguindo representação em diversos estados o que possibilitou a coleta de assinaturas. A outra legenda foi construída por bases evangélicas, tendo como lideranças principais o vice-presidente José Alencar e o político fluminense Marcelo Crivella.

Além destes foram deferidos recentemente os registros do Partido Social Democrático (PSD) e Partido da Pátria Livre (PPL), o primeiro Organizado pelo prefeito de São Paulo Gilberto Kassab já surgiu com forte base política e sucessivas adesões. O segundo foi legalizado em 2011 e organiza-se de forma incipiente, tendo enfrentado longo processo de organização para obtenção da carga mínima de assinaturas.

Ocorreram durante o mesmo período alguns processos de fusão e incorporação de partidos, bem como de simples troca de nome, fatos que não produziram nenhuma legenda absolutamente nova, apenas a remodelagem de correntes já existentes.

2- Regulamentação eleitoral básica e conceito de coligações

Os partidos políticos contam no Brasil com amplo acesso à expressão e funcionamento fundamentado na constituição. Para garantia de seu bom trabalho, divulgação e desenvolvimento enquanto vetor de participação popular, têm garantidos por lei, entre outras premissas direito a recursos do fundo partidário e tempo de exposição e divulgação ideológica e/ou de candidaturas no rádio e na televisão.

A lei 9.096 previa inicialmente (Art. 13) o pleno funcionamento parlamentar ao *partido que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados obtenha o apoio de, no mínimo, cinco por cento dos votos apurados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento do total de cada um deles.*

Este Artigo, popularmente denominado “cláusula de barreira” limitaria a participação de partidos, reduzindo a participação no horário eleitoral dos partidos que não satisfizessem seus requisitos, bem como impediria candidatos eleitos por legendas de menor expressão a participarem de diversas questões da organização da casa, sendo “vedado aos partidos políticos, que não atinjam o percentual mínimo de votos exigidos, o direito ao funcionamento parlamentar, o que significa a formação de bancadas e lideranças, com

dezenas de cargos e salas. Sós partidos que têm líder podem pedir a palavra durante as sessões no Congresso. Os partidos que não atingirem a barreira mínima perderão, também, o direito de presidir as comissões de trabalho. No caso de vitória de candidato em que o partido não alcance o percentual mínimo de votos exigidos, fica assegurado o direito à diplomação do mesmo.'' (VIANA, 2008)

Ou seja, seriam criados dois tipos de partido, os com plenos direitos e os limitados, bem como dois tipos de legislador. A norma evidentemente visava a redução dos partidos de pouca expressão, dificultando como um todo sua existência. Barbosa (2008) considera tal tentativa como meio de justamente anular os partidos pequenos, que possivelmente seriam legendas de aluguel voltadas apenas para transações de barganhas políticas.

Viana (2008) classifica essa tentativa como reflexo de aplicações com sucesso de medidas semelhantes em outros países, especialmente na Alemanha. Dentro do próprio sistema eleitoral brasileiro esta não teria sido a primeira tentativa, o próprio AC-4 foi ainda mais rígido e tão restritivo que condenou o país a mais de uma década de bipartidarismo na prática; antes mesmo disso, em 1950 a primeira tentativa de impedir a banalização da criação de novas legendas tentou, de forma quantitativa e não percentual (mínimo de 50 mil votos) cancelar o registro de partidos por demais inexpressivos. As regulamentações de 1979 e 1985, como já citado, também incluíam cláusulas de restrição.

A constituição de 1988, além de facilitar consideravelmente a legalização partidária, aboliu qualquer impedimento à sua participação e funcionamento, o que culminou na citada fase mais crônica de multiplicação de organizações sem qualquer identidade, e mesmo ideologia confusa. A primeira tentativa para restabelecimento de uma normatização mais firme nesse sentido ocorreu em 1993, sendo consolidada apenas em 1995. (VIANA, 2008). A aplicação não foi imediata, tendo sido concedido um prazo de dez anos (na prática onze) para organização, afirmação e adaptação à nova legislação, que assim ficou prevista para vigorar após as eleições de 2006, quando apenas cinco partidos conseguiram cumprir todos os requisitos necessários, deixando de fora legendas importantes como PDT, PTB, PSB e PPS. Diversos partidos entraram com liminar judicial alegando inconstitucionalidade, tendo obtido êxito junto ao Supremo Tribunal Federal, que considerou no ano seguinte a norma como excludente e violadora dos direitos de participação das minorias, anulando-a portanto.

A normatização mais rígida para deferimento de registro, aprovada em 1995, permaneceu restrita à criação de novos partidos, sem retroagir à existência dos já registrados, do ponto de vista legal, de modo que todas as legendas têm atualmente os mesmos direitos de representação e organização, apesar das tentativas contrárias.

Todas as organizações partidárias, mesmo as mais insignificantes no que diz respeito ao histórico de sucesso eleitoral, contam com recursos provenientes do Fundo Partidário. A verba é garantida pela lei número 9.096, de 19 de setembro de 1995, alterada posteriormente pela lei 11.459 de março de 2007, que estabelece que 5% (cinco por cento) do total do Fundo Partidário será destinado para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral e 95% (noventa e cinco por cento) do total do Fundo Partidário será distribuído a eles na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados. Funcionando como uma garantia de manutenção de alguns dos custos partidários, ou seja, existe uma ferramenta governamental que garante recursos para o funcionamento de legendas.

As eleições para cargos majoritários (prefeitos, governadores e presidente) são decididas através do voto direto, com o vencedor sendo proclamado caso consiga superar a soma de votos de todos seus concorrentes, caso isto não ocorra é convocado um segundo turno contra o segundo colocado, no qual basta uma vitória simples. O mesmo sistema decide as eleições para o Senado, com a diferença de neste cargo não haver segundo turno. Neste caso existe uma alternância, em uma eleição se renova um terço dos senadores (um eleito por estado), na seguinte os dois terços restantes (dois eleitos por estado, os dois primeiros colocados).

Todos os cargos são passíveis de coligação, um partido coligado pode definir o candidato, o vice (primeiro e segundo suplentes no caso de senadores) ou ainda permanecer como mero apoiador, sem concorrer diretamente.

Nos pleitos para vereador, deputado federal e deputado estadual o sistema é proporcional com lista aberta, ou seja, o eleitor vota na legenda partidária ou em um candidato cuja votação irá agregar ao montante de seu partido ou coligação e decidir o quociente eleitoral (Q.E) que *“ é igual ao somatório de todos os votos válidos (candidatos*

+ *legenda*) dividido pela magnitude do distrito¹ (arredondando-se o resultado para cima ou para baixo, o que depende da fração ser maior ou menor que meio). O QE determina a quantidade mínima de votos que um partido² precisa obter para ter direito a eleger algum parlamentar, e funciona como cláusula de exclusão. Partidos com votação inferior ao QE ficam excluídos da representação política no Legislativo.” (SCHMITT, 1999). As vagas não preenchidas integralmente pelo quociente são decididas pela maior média dos partidos/coligações envolvidos. Ainda segundo o autor a estrutura proporcional do Brasil atribui maior valor à reputação individual do que à partidária. E as listas de candidatos apresentadas pelos partidos ou coligações não são submetidas a nenhum tipo de ordenamento ou hierarquização.

Ou seja, existem nas eleições proporcionais duas disputas, a primeira é extra partidária, para definir se o partido ou coligação atingirá o Q.E e elegerá algum candidato, nesse caso existe a competição direta contra os candidatos de outros partidos ou coligações pelo acúmulo de votos. A outra disputa seria intra partidária ou intra coligação, os votos dados a candidatos individuais é que determinam a sua ordem perante o resultado final, e decidirão quais os eleitos. A coligação nesse caso funciona na prática como um único partido independentemente da proporção de votos recebidos por um partido específico dentro da coligação, o candidato que estiver no resultado final da apuração, em uma das posições contempladas com uma vaga pelo quociente partidário ou média, será invariavelmente o eleito, mesmo que seu partido tenha colaborado pouco para a coligação como um todo.

Na disputa para a Câmara dos Deputados, os partidos podem apresentar uma lista de candidatos de até uma vez e meia o número de cadeiras da circunscrição eleitoral; no caso de coligação entre partidos, esse número sobe para duas vezes. (NICOLAU, 2006). O autor defende que quantidade de candidatos e organização da lista ou coligação, bem como o perfil dos políticos a serem lançados depende muito do nicho eleitoral e das particularidades de cada circunscrição eleitoral. Via de regra, os partidos tentariam lançar o maior número de candidatos possível dentro de sua coligação. A exceção aconteceria segundo o autor por parte justamente dos partidos pequenos. “ *Uma exceção acontece com os menores partidos, que, quando coligados com os maiores, tendem a privilegiar outra*

¹ Ou seja, o número de cadeiras em disputa na circunscrição eleitoral em pauta.

² Ou coligação

estratégia: apresentar um número reduzido de candidatos e concentrar os recursos de campanha nesses nomes. '' (NICOLAU, 2006)

Com relação específica a Santa Catarina, Carreirão (2006) ao analisar a consistência ideológica das coligações no estado afirma que gradativamente estas têm ganhado mais espaço no cenário eleitoral, diminuindo aos poucos o percentual de candidaturas isoladas, para ambos os tipos de eleição (majoritária e legislativa). Ou seja, é cada vez maior a importância de alianças para disputas eleitorais no estado, as quais estão cada vez mais ligadas ao sucesso eleitoral.

O grau de coerência ideológica também vem sendo reduzido, de modo que cada vez mais coligações tendem a ser inconsistentes, buscando agregar qualquer tipo de força, mesmo que com posições ideológicas historicamente diferentes. A resposta do eleitor catarinense a esse tipo de aliança não parece ser negativa, uma vez que o sucesso eleitoral de coligações com grau fraco e médio de coerência é relativamente maior que o das ideologicamente fortes (CARREIRÃO, 2006).

3- Importância do horário eleitoral

O horário eleitoral gratuito, quando aplicado às eleições municipais é determinado da seguinte forma: é obrigatório em municípios onde haja emissoras de rádio e televisão instaladas, sua exibição é dividida em 1) inserções (exclusivamente para prefeito): 30min diários, inclusive aos domingos, divididos em tempos iguais entre candidatos a prefeito e vereador. Estes programas mais se assemelham a comerciais comuns e não constituem um bloco consecutivo. 2) rede: dois programas diários de 30min, exceto aos domingos. Estes ocorrendo sem intervalos das 7:00 às 7:30h e das 12:00 às 12:30h no rádio; na televisão ocorre entre as 13:00 e 13:30h e das 20:30 às 21:00h. As exibições começam geralmente 45 dias antes da data do pleito.

A divisão do tempo é determinada da seguinte maneira: um terço do tempo total é dividido igualmente entre todos os partidos, outros dois terços se dividem proporcionalmente de acordo com o percentual de deputados eleitos pela legenda nas eleições anteriores para a câmara federal. Em caso de coligações o tempo de cada partido participante é agregado a um montante, a distribuição entre os candidatos é de responsabilidade do próprio partido. '' *o que significa que os partidos maiores terão bem*

mais tempo para expor os seus candidatos do que os pequenos. Como os partidos maiores tendem a apresentar mais candidatos, o tempo de aparição de cada nome também acaba sendo limitado.'' (NICOLAU,2006)

Para além do horário eleitoral, concentrado no período imediatamente anterior aos existe o horário político partidário gratuito regulamentado pela resolução TSE número 20.034/1997, a ser exibido em cadeia nacional pelo rádio e televisão, com inserções esporádicas de dez minutos (tempo esse que pode ser expandido, reduzido ou cancelado de acordo com decisões judiciais e/ou do TSE) destinadas a esta função em tempos extra-eleitorais, durante o qual a legenda geralmente remete-se à divulgação ideológica e atração de novos filiados.

Jardim (2004) afirma que *'' O acesso ao horário gratuito de propaganda eleitoral na televisão, em eleições locais, dá-se a partir de uma complexa articulação entre aspectos de um contexto legal e de um contexto técnico referente às telecomunicações.*'' Também indica que evidências empíricas comprovam a existência de dois modos de fazer campanhas eleitorais, no caso de eleição municipal, dependendo de presença ou não dos meios midiáticos. Ou seja, a transmissão via rádio e televisão do horário político poderá (especialmente a televisiva) consistir em um importante instrumento de influência aos eleitores.

A televisão, dentre os dois meios de difusão do horário eleitoral gratuito merece atenção especial nos trabalhos de Schmitt *et al* (1999); Jardim (2004); e Dias (2001). O que (além dos índices de audiência) indica que sua importância para a divulgação político-partidária é maior.

4- Critérios para clivagem de eleições e partidos.

Pretendo abordar estratégias e desempenho dos partidos pequenos nas eleições municipais de 1996, 2000, 2004 e 2008 em Santa Catarina, escolhidas por terem sido as posteriores à aprovação da lei 9.906, que vetou participações sob registro provisório e dificultou a criação de novas legendas, impedindo o funcionamento de partidos de ocasião ou muito pouco estruturados. O número de partidos pequenos criados e extintos nos dezesseis anos após 1995 foi muito menor que nos oito anos anteriores de modo que a

clivagem por este critério permitirá trabalhar dados com certa linearidade histórica quanto à existência dos partidos, tendo em vista que as eleições de 1988 e 1992 contaram com a participação de diversas legendas que já estavam extintas em 1996, enquanto boa parte das atuais sequer existia.

O atual sistema partidário brasileiro (em Novembro de 2011) conta com 29 agremiações, das quais duas (PSD e PPL) tiveram seus registros recém deferidos com processo incipiente de organização e ausência de histórico eleitoral, sendo, portanto, excluídas da análise. O Partido da Causa Operária (PCO) jamais disputou eleições em Santa Catarina, possuindo um quadro de filiados bastante reduzido no estado, de modo que também é desprezível para os objetivos da análise a ser proposta. Pretendo abranger os demais existentes bem como legendas extintas após 1995 que tenham sido constituídas no estado.

Nessa seção pretendo apresentar um conjunto de dados relativos ao porte dos partidos no Brasil e em Santa Catarina, a partir dos quais estabelecerei a definição de quais são os pequenos partidos a serem analisados. A adoção de um critério único para diferenciação categorizando de um lado partidos pequenos, de outro, grandes e médios é complexa. O próprio histórico de tratamento por parte de autores específicos (MIZUCA, 2007; DANTAS, 2008; KINZO, 2004; CARREIRÃO, 2006; BORDOUKAN & BRAGA, 2009; RENNÓ & SOARES, 2006; RODRIGUES, 2002 e MACHADO, 2008.), não define as fronteiras exatas entre partidos expressivos e coadjuvantes; embora indique siglas que sejam exatamente um ou outro, mantém algumas em condições intermediárias.

Estes autores, em diferentes modelos de análise quantitativa a respeito do sistema eleitoral e suas decorrências, no mais das vezes relevam, ignoram, ou incluem em categorias genéricas a presença, participação e expressividade dos partidos pequenos. Sua classificação, no entanto, não é uniforme, variando a cada estudo o número de partidos considerados expressivos a ponto de merecerem análise individual de acordo com os objetivos específicos de cada pesquisa, sendo a presença de seis deles (PMDB, PT, PSDB, PPB/PP³, PFL/DEM⁴ e PDT) universal. Em contrapartida outros 13 (PRB, PSTU, PSL,

³ PP é a nomenclatura adotada a partir de 2003 pelo antigo PPB

⁴ O PFL mudou sua sigla para DEM em 2006

PTN, PSDC, PRTB, PHS, PMN, PTC, PRP, PSOL e PT do B),⁵ bem como os extintos PSD⁶, PAN, PRONA, PGT e PST, são via de regra desprezados ou no máximo mencionados sem receber grande atenção. Vários deles vêm obtendo resultados absolutamente insignificantes outros nem tanto, podendo ser diferidos entre si quanto à expressividade. Sendo, contudo, considerados de menor expressão que os demais

Dos demais seis existentes o PTB é amplamente citado, seguido por PL/PR⁷ e PSB, um pouco menos trabalhados se encontram PPS e PC do B, seguidos por PV e PSC.

Para além dos autores acima citados, Araújo e Alves (2007) propõem uma classificação mais clara, afirmando que partido pequeno seria o detentor de uma bancada inferior a 20 deputados na Câmara Federal, enquanto médios teriam entre 20 e 50; grandes acima disso. Souza (2006) considera que partidos médios teriam de 30 a 80 cadeiras, pequenos 10 a 30, e os que obtivessem menos seriam considerados micropartidos.

A meu ver, todas as classificações acima auxiliam na delimitação aproximada de um conceito de partido pequeno, entretanto seria incompatível com os objetivos de minha pesquisa adotá-las absolutamente, tendo em vista que as primeiras são formuladas visando tratamento para temas específicos e diferem entre si quanto à quantidade de partidos expressivos, critérios para defini-los, bem como quais seriam exatamente. As duas últimas se baseiam em critérios matemáticos, porém abordam o sucesso obtido em apenas um dos sete cargos eletivos brasileiros, também são insuficientes para lidar com todo o período compreendido entre 1996 e 2008, que inclui quatro legislaturas na câmara federal, nas quais o número de cadeiras conquistadas por algumas organizações variou relativamente.

Além disso para uma análise específica a respeito da trajetória das organizações em Santa Catarina é importante efetuar a distinção por critérios também locais, incluindo além da expressão nacional sua capacidade de organização e sucesso eleitoral estadual. Kerbauy (2008) classifica Santa Catarina como um estado cuja filiação dos executivos municipais está concentrada nos grandes partidos, apresentando fragmentação e configuração partidária

⁵ É importante frisar que PSOL e PRB são partidos recentes e em fase de estruturação, com menos eleições disputadas que os demais.

⁶ Refere-se ao segundo PSD, existente entre 1988 e 2003. Houve ao longo da história brasileira três partidos com esta sigla.

⁷ O PR foi fundado em 2006 a partir da fusão do PL com o PRONA, como a contribuição do primeiro para os quadros do novo partido, tanto em número absoluto de filiados, quanto membros já eleitos foi muito maior pode-se afirmar que a nova legenda é basicamente uma continuação do PL.

diferenciada da maioria das unidades da federação. O que reforça a necessidade da combinação de fatores estaduais para a clivagem da expressão das legendas.

Tendo em vista as necessidades estabelecidas, considerarei como partidos expressivos (grandes ou médios) PMDB, PP, DEM, PT, PSDB, PDT, PTB, PR, PSB e PPS, enquanto os demais serão classificados como pequenos. Os critérios que utilizo para tal diferenciação são:

1 - Número de filiados em Santa Catarina: Nove dos dez partidos considerados grandes ou médios possuíam em 2009 (última divulgação oficial do TRE-SC), ampla superioridade numérica em membros sobre os demais. O PMDB, maior partido catarinense no quesito conta com cerca de 155 mil ingressos, seguido pelo PP com aproximadamente 128 mil, em seguida DEM, PSDB, PT, PDT, PR, PTB e PPS. Este último com pouco mais de 19 mil.

A exceção é o PTC que ocupava o 10o lugar com 8.670 membros contra apenas 8.033 do PSB, mesmo que em termos de sucesso eleitoral e difusão territorial o desempenho do primeiro seja bastante inferior ao do segundo. Uma explicação plausível para isto consiste no fato do PTC ser mera modificação no nome do PRN, partido que elegeu o presidente Fernando Collor em 1989 e até o colapso político do mesmo em 1992 passou por relativo processo de estruturação e fortalecimento, por ser o partido do governo lançou candidatos e atraiu membros por todo o país, muitos dos quais podem não ter se desfilado, mantendo certo quorum incompatível com sua expressão. O fato de haver uma enorme disparidade entre a idade de seus membros reforça esta hipótese, tendo em vista que apenas 2,28% de seus membros têm menos de 35 anos.

Entre os demais partidos pequenos o principal é o PRB com pouco mais de cinco mil membros; PSC e PRP possuíam 4.500 e 4.100 filiados respectivamente. Todos os demais doze tinham menos da metade dos membros do PSB, a menor das legendas expressivas.

2 – Filiados a nível nacional: em Junho de 2011 o PMDB apresentava 2,3 milhões de filiações, seguido do PT com 1,4 milhões, DEM, PSDB, PTB, PDT e PP também tinham mais de um milhão de filiados. Em seguida vinham PR com 741 mil, PSB com 592 mil e PPS com 483 mil. Entre os partidos pequenos que mais se aproximam desses números são PSC com 372 mil e PV com 343 mil. Todos os demais possuíam menos de 300 mil filiados,

entre os dezesseis partidos pequenos doze contam com menos da metade dos filiados do PPS, o menor dos pequenos.

Tabela 1: relação entre o número de filiados de cada um dos partidos pequenos e o menor dos partidos expressivos

Partido	Brasil (PPS)	Santa Catarina (PSB)
PRB	60,10%	64,30%
PSTU	2,70%	2,00%
PSL	42,50%	21,30%
PTN	26,30%	4,50%
PSC	77,10%	56,50%
PCB	3,40%	0,50%
PSDC	35,00%	15,50%
PRTB	24,30%	9,48%
PHS	30,30%	12,40%
PMN	44,80%	29,40%
PTC	36,50%	107,90%
PV	70,80%	51,50%
PRP	45,20%	7,10%
PSOL	13,90%	8,20%
PC do B	70,30%	37,10%
PT do B	33,70%	6,10%

Fonte: TSE (elaboração do autor)

A análise dos contingentes nacional e estadual de filiados confirma, ao menos do ponto de vista numérico, a expressividade de PMDB, PSDB, PT, PP, DEM, PDT e PTB, bem como uma categoria intermediária incluindo PR, PSB e PPS, com os demais significativamente abaixo.

3-Sucesso eleitoral a nível nacional no período pós 1995: Nesta seção pretendo comparar os índices de sucesso eleitoral entre os partidos que classifico como expressivos e

os pequenos, abordando dois dos três cargos federais: senador, e deputado federal, além dos governadores de todas as unidades da federação. A eleição para presidente da república foi descartada por apresentar apenas quatro casos, todos vencidos por partidos indubitavelmente grandes.

Tabela 2: número de governadores eleitos por partido: 1998-2010.

Partido	1998	2002	2006	2010	Total	%
PSDB	7	7	6	8	28	25,92
PMDB	6	4	7	5	22	20,37
PT	3	3	5	5	16	14,81
PSB	2	4	3	6	15	13,88
PFL/DEM	6	5	1	2	14	12,96
PDT	1	1	2	0	4	3,70
PPS	0	2	2	0	4	3,70
PPB/PP	2	0	1	0	3	2,77
PSL	0	1	0	0	1	0,92
PMN	0	0	0	1	1	0,92
Total	27	27	27	27	108	100

Fonte: TSE (elaboração do autor)

Nota-se nesse caso a ausência de dois partidos médios (PL/PR e PTB) entre as legendas que elegeram governadores. Por outro lado PMN e PSL, considerados inexpressivos pela maioria dos autores tiveram sucesso eleitoral em uma ocasião cada.

Tabela 3: Deputados Federais eleitos por partido 1998-2010.

Partido	1998	2002	2006	2010	Total	%
PMDB	83	76	89	79	326	16,09
PT	59	91	83	88	320	15,56
PFL/DEM	105	84	65	43	297	14,44
PSDB	99	70	65	53	287	13,95
PPB/PP	60	48	42	41	191	9,28

PL/PR	12	26	23	41	102	4,96
PSB	18	22	27	34	101	4,91
PTB	31	26	22	21	100	4,86
PDT	25	21	24	28	98	4,76
PPS	3	15	21	12	51	2,48
PC do B	7	12	13	15	47	2,28
PV	1	5	13	15	34	1,65
PSC	2	1	9	17	29	1,41
PMN	2	1	3	4	10	0,48
PRONA	1	6	2	X	9	0,43
PRB	X	X	1	8	9	0,43
PSOL	X	X	3	3	6	0,29
PRN/PTC	0	0	4	1	5	0,24
PSD	4	3	X	X	5	0,24
PT do B	0	0	1	3	4	0,19
PHS	0	0	2	2	4	0,19
PST	1	3	X	X	4	0,19
PSL	1	1	0	1	3	0,14
PRTB	0	0	1	2	3	0,14
PRP	0	0	0	2	2	0,09
PAN	0	0	1	X	1	0,04
PSDC	0	1	0	0	1	0,04
Total	513	5	513	513	2052	100

Fonte: TSE (elaboração do autor)

Nesta segunda tabela os dez partidos tomados como expressivos aparecem nas dez primeiras posições, embora a diferença percentual do décimo (PPS) para o PC do B seja relativamente pequena. Os dois partidos pequenos que chegaram a eleger governadores no período obtiveram sucesso insignificante, enquanto PTB e PL/PR que não o fizeram conquistaram uma bancada relativamente expressiva. O que reforça a tese de que a adoção

de um único critério para determinação da expressividade de um partido pode apresentar disparidade.

Tabela 4: Senadores eleitos período 1998-2010.

Partido	1998	2002	2006	2010	Total	%
PMDB	12	9	4	16	41	25,30
PFL/DEM	5	14	6	2	27	16,66
PT	3	10	2	11	26	16,04
PSDB	4	8	5	5	22	13,58
PSB	1	3	1	3	8	4,93
PDT	0	4	1	2	7	4,32
PPB/PP	2	0	1	4	7	4,32
PL/PR	0	2	1	3	6	3,70
PTB	0	2	3	1	6	3,70
PPS	0	1	1	1	3	1,85
PC do B	0	0	1	1	2	1,23
PSOL	X	X	0	2	2	1,23
PRB	X	X	0	1	1	0,61
PSC	0	0	0	1	1	0,61
PRTB	0	0	1	0	1	0,61
PSD	0	1	X	X	1	0,61
Total	27	54	27	54	162	100

Fonte: TSE (elaboração do autor)

Neste quesito novamente se confirma a superioridade relativa dos dez partidos expressivos que ocupam novamente as dez primeiras posições, embora mais uma vez o PC do B tenha ficado próximo. Alguns fatores decorrentes das eleições para senador mais uma vez reforçam a necessidade da combinação de critérios variados para determinação da força de uma legenda, haja vista que o PSOL, que elegeu apenas três deputados federais, conseguiu dois senadores uma vez que em dois estados (Pará e Roraima) candidatos eleitos por outros partidos foram cassados dando lugar a eles. Em 2006 destaca-se a eleição de um

senador do PRTB (Fernando Collor), cujo sucesso esteve claramente ligado mais à figura do candidato em si que propriamente à força e expressividade do partido.

Tendo a combinação destes três importantes cargos eletivos a nível nacional, segue uma média dos mesmos, constituída pela soma das percentagens dividida por três.

Tabela 5: Média do sucesso eleitoral a nível federal 1998-2010.

Partido	Governador	Senador	Deputado Federal	Média
PMDB	20,37%	25,30%	16,09%	20,58%
PSDB	25,92%	13,58	13,95%	17,81%
PT	14,81%	16,04%	15,56%	15,47%
PFL/DEM	12,96%	16,66%	14,44%	14,68%
PSB	13,88%	4,93%	4,91%	7,90%
PPB/PP	2,77%	4,32	9,28%	5,45%
PDT	3,70%	4,32%	4,76%	4,26%
PL/PR	0%	3,70%	4,96%	2,91%
PTB	0%	3,70%	4,86%	2,85%
PPS	3,70%	1,85%	2,48%	2,67%
PC do B	0%	1,23%	2,28%	1,17%
PSC	0%	0,61%	1,41%	0,67%
PV	0%	0%	1,65%	0,55%
PSOL	0%	1,23%	0,29%	0,50%
PMN	0,92%	0%	0,48%	0,46%
PSL	0,92%	0%	0,14%	0,35%
PRB	0%	0,61%	0,43%	0,34%
PSD	0%	0,61%	0,24%	0,28%
PRTB	0%	0,61%	0,14%	0,25%
PRONA	0%	0%	0,43%	0,14%
PRN/PTC	0%	0%	0,24%	0,08%
PST	0%	0%	0,19%	0,06%
PHS	0%	0%	0,19%	0,06%

PT do B	0%	0%	0,19%	0,06%
PRP	0%	0%	0,09%	0,03%
PAN	0%	0%	0,04%	0,01%
PSDC	0%	0%	0,04%	0,01%

Fica clara, portanto, a distinção entre as legendas. PMDB, DEM, PSDB e PT formam um bloco com índices proporcionalmente superiores aos demais, enquanto dezenove partidos obtiveram menos de um por cento da média dos cargos, muitos dos quais com resultados absolutamente irrisórios. Entre os partidos classificados como pequenos apenas o PC do B alcançou esse índice, embora numericamente com menos da metade de seu predecessor PPS.

2- Sucesso eleitoral a nível estadual no período pós 1995: Nesse quesito abordo os candidatos eleitos pelos diversos partidos nas eleições estaduais catarinenses de 1998, 2002, 2006 e 2010, para os cargos de Deputado estadual e Federal. Bem como das eleições municipais de 1996, 2000, 2004 e 2008 para os cargos de prefeito e vereador.

Os dados obtidos vêm confirmar o trabalho de Kerbauy (2008), que apresenta o sistema partidário catarinense como pouco fragmentado e concentrado em grandes partidos; em comparação especialmente com os estados de Alagoas e São Paulo, onde as legendas de pequena expressão obtêm espaço relativamente maior.

Em comparação com as taxas de sucesso nacionais, destaca-se a participação do PP, partido de índices medianos que em Santa Catarina possui status bastante forte, basicamente equiparado às grandes forças. O PSB, quinta legenda considerando os resultados de todo o país, obtêm em Santa Catarina resultados bastante baixos, menores que os do PC do B, por exemplo. Por outro lado o PPS, com índices nacionais relativamente pobres, consegue em Santa Catarina sucesso superior aos de PSB, PR e PTB, consistindo em uma força razoavelmente expressiva.

Tabela 6: Deputados Federais eleitos em Santa Catarina 1998-2010.

Partido	1998	2002	2006	2010	Total	%
PMDB	4	4	5	5	18	28,12
PT	2	5	3	4	14	21,87

PPB/PP	4	4	3	2	13	20,31
PFL/DEM	3	2	3	3	11	17,18
PSDB	1	0	1	2	4	6,25
PDT	2	1	0	0	3	4,68
PPS	0	0	1	0	1	1,56
Total	16	16	16	16	64	100

Fonte: TRE/SC (elaboração do autor)

Apenas sete partidos conseguiram eleger ao menos um representante na Câmara Federal pelo estado de Santa Catarina no período estudado, destacando-se as ausências de PTB, PR, PSB e todos os pequenos. Em comparação com os índices nacionais destaca-se a maior concentração em PMDB, DEM, PT e PP, este último obtendo no estado resultados significativamente melhores que seu retrospecto por todo o Brasil.

Tabela 7: Deputados Estaduais eleitos em Santa Catarina 1998-2010.

Partido	1998	2002	2006	2010	Total	%
PMDB	10	7	11	10	38	23,75
PPB/PP	10	10	6	6	32	20
PFL/DEM	9	9	6	7	31	19,37
PT	5	8	6	7	26	16,25
PSDB	3	3	6	6	18	11,25
PDT	2	0	2	1	5	3,12
PTB	1	2	1	1	5	3,12
PL/PR	0	1	1	0	2	1,25
PPS	0	0	1	1	2	1,25
PC do B	0	0	0	1	1	0,62
Total	40	40	40	40	160	100

Fonte: TRE/SC (elaboração do autor)

Nas eleições para a Assembléia Legislativa destaca-se a ausência de candidatos eleitos pelo PSB, enquanto o PC do B logrou êxito em uma ocasião, mais uma vez a presença do PP enquanto partido de grande expressão difere-se dos resultados nacionais.

Tabela 8: Prefeitos eleitos em Santa Catarina 1996-2008.

Partido	1996	2000	2004	2008	Total	%
PMDB	127	114	116	110	467	39,84
PPB/PP	64	73	70	56	263	22,69
PFL/DEM	52	58	43	44	197	16,80
PSDB	11	19	27	35	92	7,84
PT	7	13	23	35	78	6,65
PDT	29	12	4	2	47	3,94
PPS	0	1	5	5	11	0,93
PTB	3	1	2	3	9	0,75
PL/PR	0	2	3	2	7	0,59
PSB	0	0	0	1	1	0,08
Total	293	293	293	293	1172	100

Fonte: TRE/SC (elaboração do autor)

Os dados apontam total ausência de partidos pequenos entre prefeitos eleitos em Santa Catarina, o próprio PSB conquistou apenas uma prefeitura ao longo de todo o período abordado. A concentração de eleitos ficou polarizada entre PP, PMDB e DEM, nota-se menor expressividade do PT em relação aos cargos estaduais e federais, fato que se repete nos resultados para vereador.

Tabela 9: Vereadores eleitos em Santa Catarina 1996-2008.

Partido	1996	2000	2004	2008	Total	%
PMDB	1057	946	891	844	3.738	32,92
PPB/PP	756	801	568	529	2.654	23,37
PFL/DEM	573	599	436	404	2.012	17,72
PSDB	186	203	299	365	1.053	9,27

PT	125	164	216	237	742	6,60
PDT	205	148	72	70	495	4,35
PPS	1	45	85	101	232	2,04
PL/PR	30	18	37	69	154	1,35
PTB	18	50	56	26	150	1,32
PSB	1	2	13	33	49	0,43
PSL	3	6	5	2	16	0,14
PSC	4	3	1	6	14	0,12
PC do B	2	3	3	5	13	0,11
PV	0	2	3	3	8	0,07
PRN/PTC	6	0	1	0	7	0,06
PMN	2	1	2	0	5	0,04
PSD	1	3	X	X	4	0,03
PRB	X	X	X	3	3	0,02
PT do B	0	1	1	0	2	0,01
PRP	0	0	1	0	1	0,00
Total	2.971	2.995	2.691	2697	11.354	100

Fonte: TRE/SC (elaboração do autor)

A proporção de vereadores eleitos apresenta novamente os dez partidos expressivos como principais detentores de sucesso nesse quesito, embora os resultados do PSB estejam mais perto dos índices dos partidos pequenos que propriamente próximos aos das demais legendas médias; os resultados obtidos pelos pequenos foram inexpressivos.

Tabela 9: Média do sucesso eleitoral a nível estadual 1996-2008.

Partido	Dep. Federal	Dep. Estadual	Prefeito	Vereador	Média
PMDB	28,12%	23,75%	39,84%	32,92%	31,15%
PPB/PP	20,31%	20%	22,69%	23,37%	21,59%
PFL/DEM	17,18%	11,25%	16,80%	17,72%	15,73%
PT	21,87%	16,25%	6,65%	6,60%	12,84%
PSDB	6,25%	11,25%	7,84%	9,27%	8,65%

PDT	4,68%	3,12%	3,94%	4,35%	4,02%
PPS	1,56%	1,25%	0,93%	2,04%	1,44%
PTB	0%	3,12%	0,75%	1,32%	1,29%
PL/PR	0%	1,25%	0,59%	1,35%	0,79%
PC do B	0%	0,62%	0%	0,11%	0,18%
PSB	0%	0%	0,08%	0,43%	0,12%
PSL	0%	0%	0%	0,14%	0,04%
PSC	0%	0%	0%	0,12%	0,03%
PV	0%	0%	0%	0,07%	0,02%
PRN/PTC	0%	0%	0%	0,06%	0,02%
PRB	0%	0%	0%	0,02%	0,01%
PMN	0%	0%	0%	0,04%	0,01%
PSD	0%	0%	0%	0,03%	0,01%
PT do B	0%	0%	0%	0,01%	0,00%
PRP	0%	0%	0%	0,00%	0,00%

Os resultados catarinenses apresentam muito menor disparidade entre os cargos, caso comparados aos nacionais. O PCdoB aparece com índices superiores aos do PSB, embora ambos tenham pouca significância. Todos os partidos pequenos foram inexpressivos, enquanto os médios obtiveram resultados fracos, especialmente se comparados com suas médias nacionais. O PPS, menor dos partidos médios nacionalmente consegue em Santa Catarina se sobrepôr a PR, PTB e especialmente ao PSB, partido expressivo nacionalmente que em Santa Catarina possui resultados próximos aos dos pequenos, embora apresente índices de estruturação e crescimento.

A obtenção da média entre o sucesso nacional e estadual possibilita a construção de um indicador que abranja índices de múltiplos cargos, conferindo peso idêntico às expressividades estadual e nacional.

Tabela 10: Média de sucesso eleitoral 1996-2010.

Partido	Média Estadual	Média Nacional	Média ponderada
---------	----------------	----------------	-----------------

PMDB	31,15%	20,58%	25,86%
PFL/DEM	15,73	14,68%	15,20%
PT	12,84%	15,87%	14,35%
PPB/PP	21,59	5,45%	13,52%
PSDB	8,65%	17,81%	13,23%
PDT	4,02%	4,26%	4,14%
PSB	0,12%	7,90%	4,01%
PTB	1,29%	2,85%	2,07%
PPS	1,44%	2,67%	2,05%
PL/PR	0,79%	2,91%	1,85%
PC do B	0,18%	1,17%	0,67%
PSL	0,04%	0,35%	0,39%
PSC	0,03%	0,67%	0,35%
PV	0,02%	0,55%	0,28%
PSOL	0,00%	0,50%	0,25%
PMN	0,01%	0,46%	0,24%
PRB	0,01%	0,34%	0,18%
PSD	0,01%	0,28%	0,15%
PRN/PTC	0,02%	0,08%	0,05%
PT do B	0,00%	0,06%	0,03%
PRP	0,00%	0,03%	0,02%
PRTB	0,00%	0,25%	0,13%
PRONA	0,00%	0,14%	0,07%
PST	0,00%	0,06%	0,03%
PHS	0,00%	0,06%	0,03%
PAN	0,00%	0,01%	0,01%
PSDC	0,00%	0,01%	0,01%

Os resultados obtidos apresentam uma combinação entre o potencial nacional de um partido e sua força em Santa Catarina. Sem renegar sua expressão em todo o país, determinante para sua difusão e organização, nem particularidades regionais. Os dez

partidos inicialmente apresentados são os únicos a obter mais de 1% deste proporcional, sendo que o pior deles (PR) tem praticamente o triplo do PC do B, seu subsequente, consistindo em uma diferença razoável que apresentaria PMDB, PT, PP, DEM e PSDB como partidos grandes; PPS, PSB, PTB, PDT e PR em um bloco intermediário e os demais pouco expressivos.

A análise do número de filiados comprova que, em termos organizacionais essa tendência se repete, o potencial de atração humana é no geral proporcionalmente semelhante aos resultados obtidos, sendo que por estes critérios fica estabelecida a clivagem de partidos para fins desta pesquisa.

5- Breve Histórico das legendas.

Segundo os critérios discriminados acima, encontram-se em Santa Catarina dezesseis partidos de menor expressão, ou pequenos, por ordem de número eleitoral atribuído: PRB, PSTU, PSL, PTN, PSC, PCB, PSDC, PRTB, PHS, PMN, PTC, PV, PRP, PSOL, PCdoB e PTdoB. A seguir é feito um pequeno histórico destas legendas. É importante frisar que as informações quanto ao conteúdo programático e ideológico são as oficiais, retiradas de seus programas e estatutos, não necessariamente refletindo seu comportamento na prática.

O Partido Republicano Brasileiro teve seu registro deferido em 25 de agosto de 2005, é presidido por Vítor Paulo dos Santos foi inicialmente fundado como Partido Municipalista Reformador (PMR), denominação trocada em 2006 e com a qual nunca concorreu em eleições. Foi elaborado já sob os rigores da nova lei, com reunião de assinaturas e um processo de deferimento que durou cerca de dois anos, tem forte presença de líderes evangélicos. Tem no senador: Marcello Crivella (RJ) a principal figura da legenda.

O programa partidário defende sobretudo a prática republicana com direito universal de voto e participação democrática, são também mencionados os mais diversos preceitos (basicamente universais) de acesso popular à dignidade a ser alcançada através de ampla assistência e concessão de direitos.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) obteve registro definitivo deferido em dezembro de 1995, tendo sido fundado em 1994 por diversos grupos de esquerda. Especialmente dissidentes do PT, por considerar os rumos do partido demasiado

brandos e as medidas tomadas como insuficientes na plena defesa dos trabalhadores. Sua divulgação deixa clara a defesa da ideologia leninista.

Se considera revolucionário, uma alternativa fundamentada nos setores estudantil, sindical e de movimentos sociais. Defende princípios socialistas, acreditando que todos os interesses pequenos e setoriais em busca de melhorias pontuais e classistas em determinado setor devem ser unificadas visando um objetivo maior, estratégico e organizado: a tomada do poder e derrubada do capitalismo via revolução (não é explícito de que maneira isto viria a acontecer). A organização pretende tornar-se o vetor de organização da sociedade com vistas a obtenção de seus propósitos.

É presidido pelo líder sindicalista José Maria de Almeida, candidato a presidente pela legenda nas eleições de 1998, 2002 e 2010, recebendo baixas votações nas três ocasiões.

O Partido Social Liberal (PSL) foi fundado em outubro de 1994, na cidade de São Paulo em reunião com pequeno número de participantes. Propõe-se a defender uma doutrina realmente liberal, com justiça para todos e redução do peso do estado sobre a produção individual. Defende a diminuição da carga tributária, unificação de impostos. Além de amplos direitos democráticos e de liberdade de expressão.

Foi o último dos partidos sob registro provisório a conseguir deferimento definitivo, obtido em Junho de 1998, mesmo sem que suprisse as exigências da nova regulamentação. É presidido por Luciano Bivar seu principal nome: ex-deputado representando o estado de Pernambuco e primeiro e único candidato à presidência da república pela sigla, em 2006, tendo recebido votação irrelevante. .

O Partido Trabalhista Nacional (PTN) consiste numa sigla que se apresenta como a ressurreição de seu homônimo existente durante a república populista e cassado pelo AI-2.

Como o atual, o PTN da república populista sempre foi um partido de pouca expressão a nível nacional, tendo conseguido alguns êxitos dentro do estado de São Paulo. Fundado em 1945 e deferido em 1946, surgiu como uma dissidência do PTB e teve como principal figura Jânio Quadros, eleito prefeito da capital paulista pelo partido em 1953 numa eleição considerada perdida antes de acontecer, devido à força da ampla coligação adversária. Dois anos depois elegeu-se governador novamente em situação adversa, batendo o favorito Adhemar de Barros (PSP). Jânio deixou o partido para disputar as eleições presidenciais de 1960 pelo PDC, com isso a expressão da organização diminuiu. Após sua extinção em

1965 teve a maioria de seus membros assimilados pelo MDB.

A recriação ocorreu em 1995, com o registro provisório deferido poucos meses antes da aprovação da lei 9.096, o definitivo foi aprovado em Outubro de 1997. O idealizador do novo PTN foi Dorival de Abreu, ex-correligionário de Jânio e irmão de José de Abreu, atual presidente da sigla. A inspiração janista vai desde a ideologia, até o símbolo principal do partido: a vassoura. Ideais de Getúlio Vargas, considerado pelos membros pai do trabalhismo brasileiro também são fortemente incitados.

Seus princípios pregam um socialismo brando, propondo a divisão de propriedades absolutamente improdutivas, investimento nos meios de produção e valorização máxima dos trabalhadores assalariados que devem ter direitos à ampla assistência, incluindo um salário mínimo a ser concedido a desempregados. O valor do salário mínimo pago aos trabalhadores deveria ser o suficiente para custear todas as despesas básicas.

O papel do Estado seria assistir, coordenar e orientar, devendo se abster de intervir economicamente nos rumos da iniciativa privada. O partido apóia a existência de instituições sindicais, que devem ser valorizadas e estimuladas pois servem como vetor de expressão das classes trabalhadoras. Por fim o estado de bem estar social só poderia ser alcançado com harmonia entre os diversos setores da sociedade.

Participou das eleições presidenciais de 1998, quando lançou a candidatura de Thereza Ruiz, décima colocada entre doze candidatos.

O Partido Social Cristão (PSC) foi fundado em 1985 e teve registro definitivo deferido em Março de 1990. Tem como presidente Vitor Abdala Nosseis. É atualmente um dos partidos pequenos mais expressivos, ao lado de PV e PCdoB.

Sua ideologia é fortemente inspirada nos valores cristãos, acreditando que os propósitos do Cristianismo podem ser aplicados a toda a sociedade, independente de confissão religiosa, haja vista que a doutrina prega paz e fraternidade entre os povos.

Em 1989, ainda sob registro provisório participou da coligação vitoriosa que elegeu o presidente Fernando Collor de Mello, nas duas eleições presidenciais seguintes lançou respectivamente as candidaturas próprias de Hernani Fortuna e Sergio Bueno, ambas receberam votações inexpressivas.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) possui uma história bastante fragmentada e dividida em diversas fases. Sua divulgação proclama a data de fundação como 25 de Março

de 1922, como Partido Comunista do Brasil. (data também aclamada por outro partido atual, proveniente de uma dissidência do antigo PCB (atual PPS), o PCdoB), entretanto o partido atual surgiu nos anos 90.

O partido original foi realmente fundado em 1922, na cidade de Niterói por um pequeno grupo de militantes, e enfrentou durante sua existência mais períodos na ilegalidade do que propriamente registrado. Durante a década de 20 lançou seu primeiro jornal e empreendeu ampla campanha de divulgação, tendo eleito em 1928 dois vereadores para a câmara do Distrito Federal (atual município do Rio de Janeiro).

Permaneceu na ilegalidade até a década de 1940, com a democratização pós-queda do governo autoritário de Vargas, o PCB consegue registro legal e lança a candidatura de Yeddo Fiúza à presidência da república em 1945, obtendo quase 10% dos votos. Também teve resultados significativos nas eleições legislativas seguintes, entretanto foi cassado em 1948 pelo governo Dutra sob a alegação de que estaria servindo a interesses estrangeiros, iniciou-se então um grande período de ações na ilegalidade, como organização de greves, e as mais diversas campanhas proletárias.

Em 1985, na nova democratização brasileira, O PCB conseguiu novo registro, voltando a disputar eleições sob o número 23, inclusive lançando a candidatura de Roberto Freire à presidência da república nas eleições de 1989, conquistando 1% dos votos.

Durante o décimo congresso nacional do partido, ocorrido em 1992 em São Paulo, e diante da decadência do comunismo a nível mundial, surgiu a tendência a modificar as estruturas da legenda, considerada por várias alas do próprio partido como retrógradas e ultrapassadas, foi aprovada em assembléia a mudança do nome para Partido Popular Socialista (PPS), uma alternativa ideologicamente mais branda, e condizente, seguidora da social-democracia espécie de renovação socialista visando maior assimilação da ideologia em contraposição ao então desgastado comunismo.

A ala mais radical, com voto vencido, não se conformou com a mudança e resolveu criar um novo partido, mantendo nome e ideologia do predecessor. Fundando portanto um novo PCB, que teve registro definitivo deferido em Maio de 1996.

Atualmente, a sigla tem como secretário geral (presidente na prática) Ivan Pinheiro, também único candidato da história da legenda à presidência da república, em 2010 tendo recebido votação inexpressiva.

Ideologicamente defende a o marxismo, buscando a superação do modo de produção capitalista, fator tido como preponderante para a existência amistosa e pacífica entre os povos da terra. Tal objetivo só poderia ser conquistado com o triunfo de uma revolução desencadeada pelo proletariado, e conseqüente tomada do poder pelas camadas populares. O PCB se propõe, portanto, a organizar essa intenção, se apresentando como instrumento de aglutinação de interesses populares.

O Partido Social Democrata Cristão (PSDC) foi fundado em Março de 1995 por um grupo de dissidentes do Partido Democrata Cristão (PDC), sob liderança do ex-deputado José Maria Eymael. Essa parcela de membros não aceitava a recente fusão com o PDS para formar o Partido Progressista Reformador (PPR) aprovada pela executiva nacional em atitude considerada por Eymael como equivocada.

O PDC foi um partido de pequena expressão durante a república populista, fundado em 1945 em São Paulo, teve como maior êxito a eleição de Jânio Quadros à presidência da república em 1960, numa coalizão apoiada pela UDN. Tal conquista entretanto não foi acompanhada por resultados de grande expressão em outros cargos eletivos. Foi extinto em 1965 pelo governo militar.

Reorganizado em 1985, voltou a disputar eleições, inclusive lançando a candidatura de Eymael à prefeitura de São Paulo no mesmo ano. Obteve a partir de então relativo crescimento, chegando no início da década de 90 à razoável representação de 22 deputados federais. Em 1993 desapareceu ao formar o PPR.

O PSDC surgiu, portanto, devido à insatisfação de alguns ex-membros do PDC com a ausência de um partido que pregasse a democracia cristã no cenário nacional. Criado em 1995 obteve registro definitivo em 1997. É fortemente ligado à figura de José Maria Eymael, presidente da sigla, pela qual foi candidato à presidência da república em três ocasiões (1998, 2006 e 2010), sempre recebendo baixas votações.

Seu programa se compões de preceitos basicamente genéricos e universais a respeito de direitos humanos e acesso popular a bens e serviços visando promover a dignidade. Defende um capitalismo moderado, com ampla assistência e bem estar social, focado no ser humano e sua satisfação pessoal como principal objetivo de um governante ou do funcionamento do estado. As atitudes devem ser pautadas sob valores cristãos valorizando a ética e o conceito de família, todas as instituições devem ser democráticas e sem

privilégios (inclusive discriminação quanto ao credo).

Defende o direito à propriedade e liberdade pessoal, abomina o marxismo, contudo sem considerar o trabalho como uma forma de mercadoria, nem o capital ou mercado como objeto principal de um governante, que acima de tudo deve visar o ser humano, sua harmonia e qualidade de vida.

O Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) guarda fortes semelhanças com o PSDC, primeiramente por, da mesma forma, manter em exposição constante seu presidente Levy Fidelix, também único candidato da história da legenda à presidência da república em 1998 e 2010. Outro fator em comum é a origem (na mesma época) a partir de uma dissidência de partido ao não aceitar sua fusão.

Em 1985 foi fundado o Partido Trabalhista Renovador (PTR), sigla de relativa expressão nos anos seguintes, tendo participado da coligação que elegeu o presidente Fernando Collor em 1989, em seguida elegeu dois governadores nas eleições estaduais de 1990. Tal crescimento culminou na fusão da legenda com o PST, outro partido de média expressão, após as eleições de 1992. Com isso foi formado o Partido Popular (PP), que por sua vez seria incorporado ao PPR para formar o Partido Progressista Brasileiro (PPB)

Insatisfeita com a união, uma ala liderada por Levy Fidelix articulou a formação do PRTB. Fundado em 1994, obteve seu registro definitivo em Março de 1995. Ideologicamente defende o trabalhismo participativo, harmoniosa convivência entre capital e trabalho. O Capital não deveria estar voltado para exploração do homem e sim para o seu benefício. Respeito e consideração mútua seriam necessários diante de normas que respeitassem dignamente a produção de ambos. Prega também a renovação do sistema sem explicar ao certo como isto aconteceria, apenas alegando que é necessária a renovação constante (ideológica e pessoal) para que coexistam os poderes judiciário, legislativo e executivo, bem como a boa relação dos mesmos com a população. As idéias são apresentadas de forma sucinta e hermética, dificultando a realização de uma síntese mais clara.

O Partido Humanista da Solidariedade (PHS), foi formado por diversos grupos dissidentes de partidos defensores da política social cristã, um de seus fundadores Vasco Azevedo Neto pretendia lançar-se à presidência da república pelo PSC em 1989 entretanto foi preterido pela direção nacional que optou por apoiar Fernando Collor de Mello (PRN),

candidato sem qualquer relação com os ideais do partido.

Diversos membros se desligaram então da legenda e tentaram fundar o Partido do Solidarismo Libertador (PSL), o qual não logrou sucesso em organizar-se minimamente, mesmo com a legislação mais branda da época, tendo seu registro definitivo indeferido em 1992.

No ano de 1995 o grupo voltou a organizar-se, dessa vez com mais apoio e estrutura, conseguindo representação em doze estados, conseguindo registro provisório poucos dias antes da promulgação da lei 9.096, fundando então o Partido da Solidariedade Nacional (PSN), cuja aprovação permanente foi alcançada em Março de 1997. Consolidando-se a nível nacional nos anos seguintes, inclusive lançando a candidatura de Vasco Azevedo à presidência nas eleições de 1998. No ano seguinte foi decidida em convenção a inclusão do termo solidariedade no nome, criando então a sigla atual.

Seu programa partidário é fortemente pautado no solidarismo cristão. A gestão governamental deve ser horizontal e participativa, aberta o máximo possível a fóruns e debates envolvendo os mais diversos escalões sociais, o estado deve priorizar ao máximo a educação, que serviria como vetor para humanizar também outras áreas de atuação. A produção deve ser preservada sem entretanto acarretar em exploração do homem pelo homem. Apesar de defender a idéia do estado laico e sem preconceitos, sua ideologia lembra uma espécie de socialismo cristão utópico, em que o governo colaboraria para a criação de uma sociedade de apoio mútuo, baseada na solidariedade e humanismo não só estatais, mas também civis, estimulada por projetos.

O Partido da Mobilização Nacional (PMN) Após primeira tentativa fracassada de fundação, ocorrida em 1984, teve sua aprovação definitiva conquistada em Outubro de 1990.

Ainda nas eleições presidenciais de 1989 a sigla lançou, mesmo que sob registro provisório, a candidatura do ex-ministro da educação Celso Brant, que acabou figurando entre os últimos colocados. A única outra tentativa viria em 1998, desta vez com o Brigadeiro Ivan Frota, novamente recebendo baixa votação. É presidido por Oscar Noronha Filho.

Sua divulgação não deixa claro seu programa ideológico, tampouco foram encontradas fontes confiáveis a respeito, entretanto as campanhas presidenciais em que esteve

envolvido apresentavam claramente ideologias nacionalistas e protecionistas.

O atual Partido Trabalhista Cristão (PTC) foi fundado em 1985, com vistas a disputar as eleições municipais no mesmo ano. Originalmente chamado Partido da Juventude (PJ), obteve autorização expressa para concorrer ao pleito, vindo a ter seu registro provisório aprovado em 1987, mudando a nomenclatura para Partido da Reconstrução Nacional (PRN) em Maio de 1989.

No mesmo ano, lançou com sucesso a candidatura de Fernando Collor de Mello à presidência da república. Vitorioso, Collor proporcionou ao partido um período de forte crescimento, com eleição de diversos representantes no legislativo em 1990, ano em que teve seu registro definitivo finalmente deferido. A ascensão foi detida por escândalos de corrupção envolvendo o presidente em 1992, o que resultou em seu afastamento. A partir de então sofreu uma decadência contínua.

Com o desgaste da sigla no ano 2000, foi aprovada a troca pela atual nomenclatura, protocolada oficialmente em abril de 2001. O partido é hoje presidido por Daniel Tourinho.

Seu programa é norteado pela democracia pautada em valores morais, éticos e cristãos que deveriam ser a base da sociedade politicamente organizada; visando a implantação de uma ordem social justa e com igualdade de oportunidades. O desenvolvimento harmonioso da sociedade deve ser alcançado com a prevalência do trabalho sobre o capital; as injustiças devem ser evitadas, com representação de todos os segmentos da sociedade, sem discriminação, inclusive por credo. Em suma a fraternidade, amor e valores cristãos devem servir como ponto de partida para a construção de uma política justa e honesta.

O Partido Verde (PV) foi fundado em 1986, com registro eleitoral definitivo deferido apenas em 1993, antes mesmo disso já havia lançado a candidatura de Fernando Gabeira às eleições presidenciais de 1989, sem grande sucesso; em 1998 Alfredo Sirkis também concorreu pela sigla, novamente recebendo baixa votação.

Atualmente é presidido por José Luiz Penna, consistindo em um partido de relativa expressão, que conta com quinze deputados federais; em 2010 apresentou Marina Silva como candidata à presidente, obtendo grande sucesso, especialmente levando-se em consideração seu tempo reduzido de rádio e televisão em comparação aos dos principais candidatos concorrentes. Foi a terceira mais votada e alcançou mais de 19% dos votos, o que interferiu diretamente na necessidade de realização de um segundo turno. Marina,

entretanto, já saiu do partido.

O PV defende a bandeira da ecologia, pregando o desenvolvimento sustentável e participativo, associando a exploração desenfreada do meio ambiente com a opressão e estagnação das classes trabalhadoras, especialmente das localizadas em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Um grande projeto ecológico seria a chave para a manutenção do planeta. Renega qualquer estereotipização como pertencendo à esquerda ou direita, se colocando “à frente” e mostrando-se aberto à interação com qualquer força política, para em conjunto encontrar as soluções eficazes para questões governamentais, acredita no progressismo, desburocratização e diálogo como chaves para a aplicação de um desenvolvimento ecologicamente correto, possível e igualitário.

O Partido Republicano Progressista (PRP) afirma se inspirar nos ideais republicanos, aclamando sua fundação como proveniente dos movimentos anti-monárquicos surgidos no país na década de 1870, bem como nos PR'S regionais da República Velha e no PSP de Adhemar de Barros, auto afirmando-se o “partido mais antigo do país” sem entretanto explicar conexões nessa linearidade que impliquem numa relação real do atual com tais instituições históricas.

O novo partido foi organizado no final da década de 1980, com registro provisório deferido em 1989 e definitivo em 1991. É Presidido por Ovasco Resende, lançou candidatura própria à presidência da república pela única vez nas eleições de 2006, quando a cientista política Ana Maria Rangel terminou na quinta colocação entre oito candidatos.

O programa partidário defende o pleno republicanismo e o PRP se propõe a consolidar o sistema republicano de governo, mediante instituições jurídicas modernas e flexíveis, adequadas às rápidas transformações sociais, com iniciativas que conduzam ao aprimoramento do estado e redução da burocracia, o Estado deve garantir o acesso de todos a educação, saúde e demais requisitos básicos para obtenção de qualidade de vida. Para tanto deve ouvir e respeitar as mais diversas opiniões, conduzindo a sociedade a gestões participativas e conjuntas; a união entre diferentes setores e a máxima participação popular irão auxiliar na diminuição da desigualdade e construção de um futuro adequado.

O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) tem origem bastante recente, fundado por lideranças socialistas, especialmente dissidentes do PT descontentes com ações do governo Lula nos primeiros anos de seu mandato, teve seu registro deferido em setembro de 2005,

criado já de acordo com as regras estabelecidas pela lei 9.096. Em 2006, lançou em sua primeira eleição a candidatura de Heloísa Helena à presidência da república,; com votação expressiva tendo em vista a incipiência da sigla. Em 2010 não obteve o mesmo sucesso com a candidatura de Plínio de Arruda Sampaio.

Defende a idéia de um projeto partidário aberto a mudanças de acordo com a realidade objetiva que se apresente de acordo com a conjuntura pontual; colocando-se como uma alternativa de esquerda democrática e aberta a diálogos. Classifica o sistema capitalista como mero gerador de riquezas, opressor e condutor do planeta a uma catástrofe econômica, social e ecológica.

Os ideais socialistas, entretanto, devem ser alcançados de forma democrática e coesa, sem abrir espaço para radicalismo e ódio, um país melhor só seria construído na medida em que todos participassem desse processo, ou seja, o PSOL se propõe a servir como vetor aglutinador de correntes socialistas progressistas que busquem essa conquista de uma sociedade menos desigual, mais produtiva e coesa.

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) surgiu enquanto organização em 1962, proveniente de uma dissidência do PCB; o principal motivo para a cisão foi o rompimento com a linha internacionalista, espécie de organização que norteava diversos partidos comunistas no mundo. Para os integrantes da nova sigla, isto não deixava de representar uma espécie de dominação estrangeira, mesmo que de esquerda, portanto se convencionou a criação de um partido que fosse comunista mantendo independência e nacionalismo.

Durante a ditadura militar auxiliou na clandestinidade a organizar diversas ações de enfrentamento ao governo, destacando-se entre elas a organização da guerrilha do Araguaia, oferecendo resistência armada às forças governamentais. Com a Anistia passou a atuar como movimento social, apoiando manifestações como as Diretas Já em 1984, bem como apoio a sindicatos e organizações populares.

Em 1986 conseguiu permissão para concorrer nas eleições para a Assembléia Constituinte, elegendo cinco deputados, sua consolidação enquanto partido veio em 1987, com a obtenção do registro provisório, que evoluiu para definitivo em Junho de 1988. Além do recente PRB, é o único partido pequeno que jamais lançou candidatura própria à presidência da república, tendo apoiado as candidaturas do PT em todas as ocasiões.

Propõe “ um Brasil socialista, verdadeiramente democrático e soberano.” Através de

mudanças sociais que coloquem fim à desigualdade social promovendo oportunidades. Uma política ampla e o fortalecimento, no interior do governo e na sociedade, de uma forte convicção mudancista. Os membros consideram o marxismo como premissa para uma ação consciente visando mudança e melhoria das condições de vida e trabalho. A essência da teoria fundada por Marx e Engels é a transformação do mundo, buscando vida harmônica na sociedade e na natureza.

Dentro das condições capitalistas, e caso não se consiga modificar essa configuração, o partido comunista deve, se não consegue modificar por completo o sistema, atuar para sua otimização de acordo com os ensinamentos socialistas.

O Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB) é um partido político brasileiro, organizado por dissidentes do PTB, a partir de 1989. Obtendo registro provisório em 1991, em 1994 foi deferido de maneira definitiva. É atualmente presidido por Luís Henrique de Oliveira Resende.

Em 1998 lançou a candidatura de João de Deus à presidência da república, tendo recebido votação inexpressiva, chegou a articular em 2006 possível fusão com o PL e o PRONA para formar assim um novo partido, mas terminou por recuar do projeto, abandonando as duas legendas restantes que vieram a formar o atual PR.

Identifica-se com Getúlio Vargas e sua ideologia trabalhista, acreditando na ampliação e manutenção dos direitos trabalhistas e assistenciais como prerrogativa para uma sociedade mais igualitária e justa.

Além destes, também existiram ao longo do período compreendido entre 1995 e a atualidade mais cinco partidos pequenos: O novo PSD, primeira tentativa de ressurreição do antigo foi fundado em 1989 e incorporado ao PTB em 2003.

Partido Social Trabalhista (PST), foi a terceira aparição de uma sigla inicialmente criada na república populista, reorganizada durante a redemocratização e extinta após fundir-se com o PTR; em situação semelhante às de PSDC e PRTB alguns membros não aceitaram a fusão e o recriaram, tendo existido com registro definitivo entre 1996 e 2003, quando foi incorporado ao PL.

Partido Geral dos Trabalhadores (PGT) foi também incorporado ao PL em 2003, tendo sido criado nos anos 90.

O Partido dos Aposentados da Nação (PAN) foi criado nos anos 90 e extinto em 2006

quando foi incorporado ao PTB.

O Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) foi criado no final dos anos 80 pelo Dr. Enéas Carneiro, três vezes candidato à presidência pela sigla, se fundiu com o PL em 2006 para fundar o atual PR.

Estas fusões e incorporações foram no mais das vezes motivadas pela proximidade ou início da vigência da cláusula de barreira, outros processos chegaram a ser iniciados após as eleições de 2006, mas foram interrompidos com a declaração de inconstitucionalidade da norma, declarada pelo Supremo Tribunal Federal.

6- Análise dos dados

6.1- Difusão quantitativa e territorial da presença e força eleitoral dos pequenos partidos:

Os partidos pequenos obtiveram ao longo do período analisado (1996 a 2008), presença pouco expressiva em Santa Catarina, entretanto em determinados casos consistiram em fatores importantes, como eleição de alguns candidatos para câmaras municipais, agregação de votos para quocientes e participação no tempo midiático de candidaturas por partidos expressivos. Em suma participaram ativamente do processo político de diversos municípios em todas as regiões do estado, consistindo em um aspecto senão determinante, importante para a transcorrência do processo eleitoral catarinense.

Sua difusão territorial foi relativamente homogênea, não tendo sido constatada disparidade relevante entre diferentes zonas geográficas do estado quanto à presença de legendas de pouca expressão nos pleitos.

Os municípios de maior população (acima de cem mil habitantes segundo o censo de 2010) apresentaram no geral maior número de partidos pequenos presentes, bem como obtiveram participação virtualmente universal quando analisada a presença absoluta de ao menos um partido, na mesma eleição por município, não tendo diferido entre si.

Em cidades abaixo dessa faixa, não existiu grande associação entre população e presença deles nas eleições, tendo estado presentes e ausentes em proporção semelhante por cidades de todos os estratos quanto ao número de eleitores, salvo nos municípios muito pequenos (com menos de três mil membros no colégio eleitoral).

A presença territorial das organizações evoluiu ao longo do período abordado, em 1996

partidos pequenos lançaram candidaturas ou estiveram presentes em coligações para prefeito e vereador, em 32 municípios catarinenses, número que pouco evoluiu até 2004, quando atingiu 48. Em 2008 o índice cresceu para 87, especialmente endossado pela aparição do PRB no cenário estadual, que sozinho, representou 61 municípios.

Tabela 11: Número de municípios com participação de partidos pequenos nas eleições municipais para prefeito e/ou vereador (1996-2008)

Partido	1996	2000	2004	2008
PRB	-	-	-	61
PSTU	2	3	6	3
PSL	5	13	12	14
PST	0	8	-	-
PTN	0	7	11	1
PSC	8	8	14	24
PCB	0	0	2	1
PAN	1	7	8	-
PSDC	0	9	10	7
PRTB	4	8	6	8
PGT	0	2	-	-
PHS	0	6	10	15
PMN	10	5	14	2
PRN/PTC	8	2	7	16
PSD	8	5	-	-
PV	4	21	27	45
PRP	0	0	5	12
PSOL	-	-	-	10
PRONA	0	3	1	-
PC do B	8	16	18	28
PT do B	1	6	7	10
Total ⁸	32	40	48	87

Fonte: TRE/SC (elaboração do autor)

Nota-se que legendas pouco expressivas têm ainda pouca difusão em Santa Catarina, tendo participado historicamente dos pleitos municipais em apenas 99 municípios, dentre os 293 existentes.

A tendência de fortalecimento do conjunto não reflete exatamente crescimento individual por parte de cada partido, dos catorze existentes durante todo o período abordado, apenas seis apresentaram constante evolução do número de municípios em que

⁸ Não se refere à soma das colunas e sim ao número total de cidades com presença de partidos pequenos.

disputaram eleições, sendo alguns desses crescimentos bastante irrisórios. Os únicos partidos com aparente tendência de estruturação são PV, PSC e PC do B, cujo crescimento de sua difusão transcorreu com relativa progressão, atingindo em 2008 números relativamente expressivos em relação aos demais. PSOL e PRB disputaram apenas uma eleição, tendo sido bastante consideráveis os índices do segundo.

Tabela 12: Vereadores eleitos por partidos pequenos, Santa Catarina (1996-2008)

Partido	1996	2000	2004	2008	Total
PRB	-	-	-	3	3
PSL	3	6	5	2	16
PSC	4	3	1	6	14
PMN	2	1	2	0	5
PRN/PTC	6	0	1	0	7
PSD	1	3	-	-	4
PV	0	2	3	3	8
PRP	0	0	1	0	1
PC do B	2	3	3	5	13
PT do B	0	1	1	0	2
Total	18	19	17	19	73

Fonte: TRE/SC (elaboração do autor)

A tabela 12 indica que o total de eleitos foi bastante similar ao longo do período estudado, tendo havido variações proporcionalmente mais significativas caso analisadas as trajetórias de alguns partidos em específico.

O sucesso eleitoral dos mesmos, entretanto, não reflete exatamente essa disparidade, tendo sido o PSL o partido pequeno que mais elegeu vereadores em Santa Catarina (nenhum jamais conseguiu ter prefeitos eleitos), seguido por PSC e PC do B, Com o PV apresentando número significativamente menor (a metade do PSL).

Quanto à relação entre maior população e número de eleitos por partidos pequenos, os municípios com mais de cem mil habitantes respondem por 31 dos 73 vereadores eleitos, ou aproximadamente, 42,5% do total, enquanto em termos absolutos os 12 municípios com essa faixa populacional representam apenas 4% dos 293 existentes no estado. A maior concentração de eleitores é portando fator preponderante para organização e sucesso dos partidos minoritários, independentemente da estratégia utilizada para tal alcance.

6.2- Coesão e consistência entre os partidos pequenos:

Machado e Miguel (2008) com relação às composições de coligações, definem em linhas gerais o conceito de coesão como manutenção de alianças semelhantes em todo um determinado território independentemente de seu espectro ideológico, enquanto consistência seria uma medida indicativa de manutenção ou não de alianças com partidos ideologicamente semelhantes ao longo do tempo.⁹

Tal análise, aplicada aos pequenos partidos nas eleições municipais em Santa Catarina, revela a quase total ausência destes fatores, a única organização que consegue absolutamente manter-se tanto coerente quanto coesa em ambos os cargos analisados é o PSTU, que coligou-se apenas com outros partidos de esquerda (PT, PC do B, PSOL e PCB); mantendo tal configuração em todas suas (poucas) participações no estado. Dentre os demais se encontram fortes (não absolutos) índices de coerência e coesão no PSOL; e razoáveis em PCB e PC do B, os demais pequenos de esquerda, e todos os de direita, não manifestaram nenhuma tendência ideológica ou padrão estadual relevante ao buscar composições, seja com partidos expressivos ou com demais pequenos.

6.3- Participações e taxas de sucesso:

No que diz respeito à participação nas eleições para prefeito, os pequenos partidos estiveram presentes em 448 coligações ou candidaturas isoladas. A grande maioria dos 21 partidos analisados preferiu tomar parte em coligações com presença de partidos grandes (397 coligações, ou 88,6%); candidaturas isoladas do próprio partido (43, ou 9,6%) e coligação apenas entre partidos pequenos (oito, ou 1,8%) vieram em seguida. Para além desses dados houve 26 coligações ou listas isoladas envolvendo partidos pequenos incluídos apenas na eleição para vereador, sem que estivessem também presentes no pleito majoritário.

⁹ Assim, se um partido se coliga nas eleições municipais com os mesmos parceiros em todo o Estado, sua estratégia demonstraria coesão, mesmo que algum desses partidos fosse de campo ideológico oposto

Dentre todas essas coligações envolvendo partidos pequenos e expressivos, apenas quatro apresentavam candidatos de partidos pequenos como cabeças de chapa, nenhuma delas saiu vitoriosa.

Os dados refletem a predominância da necessidade de procurar partidos de maior expressão ao buscar alianças em coligações para prefeito nas eleições proporcionais (para vereador) ocorre situação semelhante, foram registradas 445 coligações ou listas isoladas com presença de partidos pequenos, das quais 331 (74,3%) consistiram em coligações entre pequenos e expressivos; 87 (19,5%) listas isoladas de partidos pequenos e 27 (6,1%) coligações apenas entre pequenos. Houve 42 participações, (perfazendo 26 coligações) de legendas pequenas apenas nas eleições majoritárias, sem reflexo na proporcional.

Tabela 12: Eleição para vereador (1996-2008): participação dos partidos pequenos, segundo tipo de candidatura

	Tipo de candidatura			Total
	Lista Isolada	Coligação só entre pequenos	Coligação entre pequenos e expressivos	
Nº coligações	87	27	331	445
% de coligações	19,5%	6,1%	74,3%	100%

Fonte: TRE/SC. Elaboração do autor.

Em Santa Catarina, portanto, as referidas organizações, ao traçar suas estratégias raramente compõem coligações apenas entre si, procurando no mais das vezes a presença de um partido expressivo, ou usando de seus próprios meios ao lançar uma lista/candidatura isolada.

Em relação ao desdobramento da participação nas eleições majoritárias em sua atividade na proporcional, das 397 coligações com presença de partidos expressivos, 324 (81,6%) refletiram o mesmo comportamento nas eleições para vereador, enquanto 33 (8,5%) se desdobraram em lista isolada de um partido pequeno e 14 (3,3%) em coligações apenas entre as legendas pouco expressivas. Em 26 delas, os partidos pequenos que tomaram parte apenas estiveram presentes na disputa para prefeito.

Dentre as 8 participações em coligações majoritárias somente entre partidos pequenos, sete mantiveram este padrão nas eleições para vereador, enquanto em uma os partidos não disputaram as proporcionais. Entre as 43 candidaturas majoritárias isoladas da própria legenda, 40 se desdobraram em respectivas listas para vereador, enquanto três ficaram

ausentes da disputa legislativa.

Das 26 participações ausentes da disputa pelo executivo e presentes nas proporcionais 11 foram participações em coligações com partidos expressivos, enquanto 18 lançaram listas isoladas e duas coligaram-se entre legendas pequenas.

Os dados mencionados refletem certo padrão ao compor coligações, no mais das vezes legendas coligadas com partidos expressivos repetem esse padrão nas proporcionais (seja com repetição total ou parcial em relação à chapa majoritária)

Com relação ao sucesso eleitoral, dentre as 445 participações de partidos pequenos em eleições proporcionais, dos 73 eleitos, 43 (58,9%) foram provenientes de coligações com partidos expressivos; enquanto 23 (31,5%) se elegeram por listas isoladas do próprio partido. As coligações apenas entre partidos pequenos representaram sete eleitos ou 9,5% do total. Então, a maioria dos eleitos por partidos pequenos foram eleitos através de coligações com partidos expressivos. Mas, isso se deve em grande parte a que esse tipo de coligações foi muito mais expressivo do que as outras estratégias (lançar candidatos isoladamente ou em coligações apenas entre pequenos partidos). Se analisarmos as taxas de sucesso como sendo calculadas pelo percentual de candidaturas (isoladas ou em coligações) lançadas que conseguiram eleger candidato, os resultados são diferentes.

Tabela 14: Eleição para vereador (1996-2008): participação e sucesso eleitoral dos partidos pequenos, segundo tipo de candidatura

	Tipo de candidatura			
	Lista Isolada	Coligação só entre pequenos	Coligação entre pequenos e expressivos	Total
Nº coligações	87	27	331	445
% de coligações	19,5%	6,1%	74,3%	100%
Total de Eleitos	23	7	43	73
% de eleitos	31,5%	9,5%	58,9%	100%
Nº de coligações com ao menos um eleito	17	4	38	59
Taxa (%) de coligações com sucesso eleitoral	19,5%	14,8%	11,4%	13,2%

Fonte: TRE/SC. Elaboração do autor.

Taxa de sucesso eleitoral = percentual das coligações/listas lançadas que conseguiram eleger candidato(s).

Das 87 listas isoladas que formaram, conseguiram ao menos um eleito em 19,5%;

enquanto este índice aplicado aos resultados de coligações apenas entre partidos pequenos foi de 14,8%; dentre as coligações com partidos expressivos conseguiram eleger ao menos um candidato em pouco mais de 11% por cento dos casos. A proporção de eleitos por partidos pequenos para vereador por listas isoladas é relativamente maior do que dos eleitos em coligações com a presença de partidos grandes.

A participação em coligações com partidos expressivos não parece indicar por si só sucesso ou vantagem às legendas pequenas, podendo servir como vetor enquanto válvula de escape caso não exista material humano suficiente entre seus filiados para compor uma lista própria. Entretanto, os dados acima mencionados indicam que quando obtêm quórum de candidatos para formular uma lista isolada ou coligação entre si, conseguem eleger ao menos um vereador com mais facilidade, uma vez que não têm a competição interna dos grandes/médios na mesma chapa.

O partido pequeno que consiga organizar-se de maneira autóctone tem quase o dobro de chances de eleger ao menos um candidato que os que utilizam da estratégia de lançar poucos membros dentro de coligações com presença de partidos expressivos. É possível supor que quando os partidos aparentemente têm uma lista de candidatos com chances de sucesso optam por esta estratégia; como isto geralmente não acontece preferem a coligação.

6.4-Análises específicas sobre coligações proporcionais envolvendo partidos pequenos e expressivos:

Para o tratamento específico das informações envolvendo coligações entre partidos pequenos e expressivos exclusivamente para o cargo de vereador inicialmente tratarei da participação em candidaturas a cada coligação, a Tabela 14 indica a proporção de candidatos lançados por partidos pequenos frente ao total da coligação.

Tabela 14 Proporção de candidatos lançados por partidos pequenos em coligações que envolvem partidos expressivos – eleições para vereador (1996/2008)

Faixa percentual	Número de Ocorrências	%
Menos de 10%	146	44,0
10 a 19%	84	25,2
20 a 29%	40	12,7
30 a 39%	17	5,1
40 a 49%	16	4,7
50% ou mais	28	8,3
Total	331	100

Fonte: TRE/SC (elaboração do autor)

A participação de partidos pequenos em coligações com presença de legendas expressivas é geralmente condicionada ao lançamento de poucos candidatos a vereador, geralmente um ou dois, dentre uma lista com diversos membros de outras organizações. Esse tipo de análise não possibilita discriminação quantitativa muito precisa dada a diferença no número de vagas permitidas por coligação de acordo com a quantidade de vereadores de cada município, mas sua quantificação por estratos percentuais permite evidenciar que no mais das vezes, os candidatos de pequenos participam inserindo poucos candidatos dentro da coligação, estando restritos a menor número de vagas.

Para tal constatação pode-se levantar duas teorias plausíveis, a primeira indicaria pouca abertura de espaço aos pequenos por parte da direção de partidos expressivos ao formular a coligação e dividir as vagas; uma segunda hipótese seria a da concentração dos esforços do partido pequeno em um ou poucos candidatos, aumentando as chances de concentração de votos e conseqüentemente maior possibilidade de competição interna com ao candidatos de partidos expressivos por eventuais vagas determinadas pelo Quociente Eleitoral.

A tabela seguinte discrimina com os mesmos critérios a participação dos candidatos de partidos pequenos e suas respectivas legendas em votos.

Tabela 15: Participação de votos recebidos por candidatos de partidos pequenos e suas legendas sobre total de coligações envolvendo partidos pequenos e expressivos.

Faixa Percentual	Número de Ocorrências	%
Menos de 10%	216	65,3
10 a 19%	46	13,9
20 a 29%	25	7,5
30 a 39%	13	3,9
40 a 49%	7	2,1
50% ou mais	24	7,2
Total	331	100

Fonte: TRE/SC (elaboração do autor)

Sua participação em termos eleitorais é baixa, entretanto não chega a ser inexpressiva, obtendo índices menores que os de candidatos, sugerindo que, independentemente da quantidade de candidatos inclusos em uma coligação, os partidos pequenos tendem a dar retorno eleitoral proporcionalmente menor que sua participação humana. Entretanto, em alguns casos (7,2%) os pequenos chegam a representar mais de 50% do montante, em 13,5% percentual intermediário (20 a 50%) o que significa que, apesar de geralmente agregarem pouco, os pequenos podem em determinadas situações representar bastante expressão.

Com relação à dependência do sucesso eleitoral de partidos pequenos da votação de legendas expressivas em coligações que envolvam os dois tipos de partido, das 331 ocasiões em que pequenos e expressivos se coligam, os pequenos não elegeram nenhum candidato em 293 (88,5%); e conseguiram ao menos um sucesso em 38 (11,5%), totalizando 43 eleitos. Para mensurar a relevância dos pequenos ao processo de eleição de seus próprios candidatos, utilizarei índice de comparação baseado na hipótese de participação isolada (subtraindo os votos de partidos expressivos) da votação do partido

sobre o quociente eleitoral do município analisado; de modo a perceber se tal montante (a votação do pequeno; ou da soma deles em caso de mais de um) seria suficiente para eleição de um ou mais candidatos ou se só conseguiram sucesso devido à agregação de mais forças.

Ao todo das cinco coligações desse tipo em que os partidos menores elegeram dois candidatos, nunca conseguiram atingir o dobro do quociente (necessário para tal) em 3 casos conquistaram montante suficiente para um, nos outros dois a conquista de duas vagas se deu a partir de votos acrescentados pelos demais partidos, uma vez que os pequenos isolados não elegeriam nem ao menos um.

Nas demais 33 coligações, em que elegeram um candidato cada, a soma das legendas pequenas conseguiu atingir o quociente em apenas três casos, nos outros 30 contaram com a votação de partidos expressivos para tal.

Portanto, dos 43 candidatos eleitos por partidos de pouca expressão em coligações envolvendo pequenos e grandes, apenas seis chegaram a este posto devido unicamente à votação de seu partido ou da soma dos pequenos de sua lista, os demais 37 (86%) só alcançaram este status devido a resultados "externos" (a contribuição de votos por parte dos partidos expressivos). Em contrapartida, houve uma ocasião em que o montante de votos de legendas pequenas conseguiu atingir o quociente, mas este serviu para eleger apenas candidatos de partidos expressivos.

Com relação às coligações apenas entre partidos pequenos, dos sete eleitos, cinco o teriam sido de qualquer modo apenas pela votação do próprio partido, ou seja, se sua legenda houvesse se lançado de forma isolada daria no mesmo. Apenas dois candidatos se elegeram devido à união de forças entre pequenos.

No caso de ausência de material humano suficiente para compor uma lista isolada capaz de eleger um candidato, torna-se tentativa de estratégia dos partidos menores a coligação com legendas maiores, com vistas a possivelmente concentrar sua atenção e apoio em menos nomes e tentar sucesso na disputa intra coligação. De qualquer modo os pequenos recebem, no mais das vezes, votações pouco expressivas, e são geralmente eleitos devido ao montante agregado por legendas maiores.

6.5- A possível influência do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita (HPEG) nas estratégias dos partidos:

Uma das possíveis razões para este tipo de associação entre partidos grandes e expressivos seria a presença do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita (HPEG) no município, com o que os partidos expressivos poderiam obter a vantagem de agregar o tempo de cada legenda pequena para seus candidatos majoritários em troca de espaço para um ou poucos candidatos a vereador em coligações majoritariamente formadas por candidatos de partidos grandes/médios.

Para a análise de tal hipótese foram tabulados os dados referentes à composição de candidaturas para vereador e prefeito, bem como seus resultados eleitorais contrastando municípios sem a presença de difusão televisiva no horário eleitoral, com dados de colégios eleitorais com a presença de tal recurso.

Como critério de clivagem, foram escolhidos municípios com presença de emissoras VHF afiliadas das quatro principais emissoras brasileiras (Globo, Bandeirantes, SBT e Record), as quais possuem índices de audiência minimamente expressivos. Resultando, para fins de análise o seguinte grupo de municípios com HPEG nas eleições entre 1996 e 2008: Florianópolis, Lages, Joinville, Itajaí, Blumenau, Criciúma, Chapecó e Joaçaba, além de Xanxerê exclusivamente no pleito de 2008 quando já havia passado a contar com uma emissora afiliada à rede Record; nos demais três pleitos os resultados xanxerenses constam no grupo sem HPEG.

Para além destes casos, há, ou houve canais comunitários e afiliadas da rede Cultura em outros municípios, (Tubarão, Rio do Sul e Araranguá), os quais foram desprezados por seus constantes baixos índices de audiência. Houve também uma afiliada da RedeTV, mas em município já coberto por outros canais.

É importante frisar que, dos nove municípios inclusos no estrato com HPEG, sete estão entre os doze maiores do Estado, de modo que já existe maior concentração de presença de partidos pequenos nessas cidades. Pretendi através deste trabalho efetuar uma comparação abrangendo todos os municípios sem exclusão, mas uma outra hipótese de trabalho interessante seria comparar os sete maiores colégios eleitorais com HPGE com os sete sem tal recurso e avaliar a dependência do horário eleitoral apenas comparando cidades maiores. Faço isto a seguir com relação ao sucesso eleitoral, não à composição de coligações.

Ao todo foram registradas nos municípios com presença televisiva 143 candidaturas majoritárias e 135 proporcionais com presença de partidos pequenos nas cidades sem tal recurso estes números foram de 303 e 317, respectivamente.

Os dados obtidos indicam que nos municípios com difusão televisiva de propaganda eleitoral 82,5% (118 casos) das participações de pequenos nos pleitos majoritários foram em coligações com partidos expressivos, enquanto 64,4% (85 casos) em proporcionais seguiram a mesma linha. Nos municípios sem o recurso televisivo o índice foi de 92%, ou 279 casos nas eleições majoritárias, e 76,9%, ou 244 participações nos pleitos proporcionais. O que indica exatamente o oposto da teoria levantada, ou seja, em locais sem participação da televisão, parece que os partidos pequenos tendem a depender ainda mais dos grandes para formular coligações.

Tabela 16: Relação das participações de partidos pequenos, discriminando a presença ou não do meio televisivo no município.

Tipo de candidatura	Cargo	Com HPEG	Sem HPEG
Entre pequenos e expressivos	Prefeito	118 (82,5%)	279 (92%)
Apenas entre pequenos	Prefeito	6 (4,1%)	2 (0,7%)
Candidatura isolada de pequeno	Prefeito	19 (13,2%)	24 (7,9%)
Entre Pequenos e expressivos	Vereador	87 (64,4%)	244 (78,7%)
Apenas entre pequenos	Vereador	16 (11,8%)	11 (3,5%)
Lista Isolada de pequeno	Vereador	32 (23,7%)	55 (17,7%)

Fonte: TRE/SC (elaboração do autor)

Pode ser constatada tal diferença na composição de coligações apenas entre partidos pequenos Nas eleições para prefeito, dentre as participações em coligações com presença apenas de legendas pequenas formadas em municípios com horário televisivo, seis (4%) não tinham partidos expressivos em sua composição, entre as cidades sem presença da televisão apenas duas (0,7%) aderiram a listas formadas desta forma. Apesar de em ambos os casos a percentagem ser muito pequena existe o indicativo de que, a presença da TV e sua conseqüente maior possibilidade de exposição e divulgação de candidaturas possa aumentar as possibilidades de os partidos pequenos lançarem candidatos sem apoio de

maiores forças. O mesmo se repete nas eleições para vereador, a percentagem de participações envolvendo candidatos pequenos lançados de maneira autóctone é de 13,2% em municípios com TV, enquanto apenas 7,9% das coligações com presença deles seguem este padrão nos locais sem disponibilidade de tal recurso.

Outro possível fator indicativo de necessidade dos partidos expressivos para agregação de tempo midiático seria a presença de determinado partido pequeno em coligação encabeçada pelos primeiros, com ausência do referido pequeno nas eleições proporcionais, servindo apenas como coadjuvante na coligação sem pleitear na cidade qualquer cargo eletivo. Isso poderia indicar que participou visando cargos futuros na prefeitura, por exemplo, ou qualquer benesse passível de acordo prévio para agregação da sigla na coligação em troca de seu tempo no HGPE. Em cidades sem o recurso midiático tais acordos podem também existir, entretanto visariam somente o apoio e empenho dos membros do partido pequeno visando agregação apenas do montante de votos que estes podem conquistar, ou seja, o poder de barganha do pequeno é relativamente menor.

Nos municípios com presença televisiva foram constatadas no período abordado 118 coligações majoritárias envolvendo partidos pequenos e grandes, das quais 13 (11%) apresentaram em sua composição ao menos uma legenda pequena que não disputou as eleições proporcionais, nas cidades sem tal recurso houve 279 coligações majoritárias do modelo referido, das quais 12 (4,3%) apresentaram partidos ausentes na proporcional.

Neste critério, portanto, torna-se possível afirmar que existe certa diferença entre municípios com ou sem televisão nas relações envolvendo partidos de diferentes expressões ao compor alianças, uma vez que nos municípios com HPEG os menores tendem a ter mais participações apenas emprestando sua sigla à coligação (e agregando tempo midiático), sem qualquer ambição eletiva.

A Tabela 17, demonstra a comparação da participação proporcional dos partidos pequenos em coligações com expressivos. A participação em votos indica que os partidos pequenos tendem a onerar a coligação, entretanto, caso se comparar sua percentagem em candidatos com a participação em votos, existe certa diferença como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 17: Participação dos partidos pequenos na votação de coligações proporcionais envolvendo a presença de partidos expressivos.

Faixa percentual	Ocorrências com televisão	%	Ocorrências sem Televisão	%
Menos de 10%	40	46,0	169	69,2
10 a 19%	18	20,6	29	11,8
20 a 29%	11	12,6	18	7,3
30 a 39%	3	3,4	7	2,8
40 a 49%	6	6,8	6	2,5
50% ou mais	9	10,3	15	6,1
Total	87	100	244	100

Fonte: TRE/SC (elaboração do autor)

A votação dos candidatos e legendas de partidos pequenos tende a ter maior expressão em municípios com HEPG. Embora esta não seja uma diferença marcante, a soma de coligações em que agregaram mais que trinta por cento da votação é de 20,5% com HEPG, enquanto apenas 11,4% nos municípios sem o recurso; na parte oposta, a participação com menos de 10% da votação da coligação é 23 pontos percentuais maior em locais sem propaganda na televisão. Em cidades com HEPG, portanto, partidos pequenos se destacam mais eleitoralmente dentro de coligações com presença de legendas expressivas.

Com relação ao sucesso eleitoral, dos 73 vereadores eleitos por partidos pequenos, 31 (42,5%) foram eleitos em municípios com difusão televisiva de propaganda eleitoral, perfazendo 27 (20%) das 135 coligações/listas isoladas existentes nesta clivagem. (tabela 18) Dentre os quais 21 foram eleitos por coligações envolvendo legendas pequenas e expressivas; nove através de listas isoladas e um por coligação entre partidos pequenos.

Tabela 18: Taxas de sucesso de candidaturas por partidos pequenos, discriminando segundo tipo de candidatura e presença ou não de HPEG no município.

Tipo de candidatura	Com HPEG			Sem HPEG		
	Total coligações	Coligações com eleitos	Taxa Sucesso	Total Coligações	Coligações com eleitos	Taxa Sucesso
Entre pequenos e expressivos	87	19 (21) ¹⁰	21,8%	244	19 (22)	7,7%
Apenas entre pequenos	16	1 (1)	6,3%	11	3 (6)	27,7%
Lista isolada de pequeno	32	7 (9)	21,8%	55	10 (14)	18,2%
Total	135	27 (31)	20%	310	32 (42)	10,3%

Fonte: TRE/SC (elaboração do autor)

Os demais 42 (57,5%) lograram sucesso em cidades sem horário eleitoral e abrangeram 32 (10,3%) das 310 coligações/listas isoladas. Nesse estrato 22 foram eleitos por coligações envolvendo pequenos e expressivos; 14 via listas isoladas e seis por coligações apenas entre legendas pequenas.

Dentre os eleitos por coligações envolvendo partidos pequenos e expressivos; dos 22 eleitos em municípios com presença dos canais de televisão 4 (18%) lograram tal sucesso devido à integralização do quociente apenas por parte do(s) partido(s) pequenos de sua coligação, os demais dependeram de votos de partidos expressivos. Nos municípios com o recurso, apenas 2 (9,5%) entre 21 eleitos por legendas pequenas conseguiram tal êxito sem contar com agregação de votos por parte de partidos expressivos.

Conclusões

Neste trabalho procurei traçar breve retrospecto da atuação de partidos de pequena expressão em eleições municipais de Santa Catarina. A definição entre legendas pequenas e

¹⁰ Entre parênteses o total de eleitos.

expressivas foi determinada pela média das taxas de sucesso eleitoral nacionais e catarinenses, as quais resultaram num ranking percentual que coincide aproximadamente com outro similar retratando o número de filiados, portanto, segundo estes critérios foram definidos dez partidos expressivos (entre médios e grandes) e 21 pequenos, dos quais cinco já estão extintos.

Foram coletados dados referentes à composição de todas as candidaturas majoritárias envolvendo a presença de pequenos partidos, tanto nas eleições majoritárias como nas proporcionais. Nesse caso também foram incluídos dados referentes à votação dos pequenos e expressivos; sua contribuição para a legenda e quociente eleitoral; número de eleitos e tipos de coligação em que se envolveram. Os dados foram tabulados pelo programa SPSS e serviram como indicadores para as análises e conclusões.

Pode-se determinar que a distribuição territorial por regiões da presença de partidos pequenos em Santa Catarina é homogênea, sendo que na maioria dos municípios jamais houve presença de qualquer um deles nas eleições municipais.

Em coligações proporcionais os partidos pequenos geralmente representam poucos candidatos dentre o total da lista, sendo que sua participação eleitoral (porcentagem de votos da coligação) é ainda menor. Em coligações com presença de legendas expressivas é geralmente condicionada ao lançamento de poucos candidatos, o sucesso de partidos pequenos geralmente dependente da votação de partidos expressivos, quando em coligações formadas com a presença deles.

A maioria absoluta das coligações (tanto majoritárias quanto proporcionais) em que tomam parte os partidos pequenos é composta com presença de legendas expressivas, em menor número seguem respectivamente candidaturas/listas isoladas e coligações apenas entre partidos pequenos. Os padrões de coligação majoritária na maioria das vezes são repetidos nas proporcionais. Com relação ao sucesso eleitoral, os partidos pequenos conseguem eleger proporcionalmente mais candidatos quando envolvidos em coligações/listas sem a presença de partidos expressivos.

Salvo principalmente o PSTU, e respectivamente em menor escala PSOL, PCB e PC do B; nenhum partido pequeno obedece a questões ideológicas no momento de buscar a composição de alianças e coligações para ambos os cargos estudados.

Em municípios com a presença de HPGE partidos pequenos tendem a buscar menos a

presença de legendas expressivas para compor coligações tanto majoritárias quanto proporcionais.

Com relação a coligações proporcionais entre partidos pequenos e expressivos, não existe diferença entre o percentual de candidatos de pequenos lançados pela mesma, se comparados casos de municípios com ou sem horário eleitoral na televisão; entretanto, a participação em votos tende a ser maior em municípios com horário eleitoral na TV. É importante frisar, entretanto, que eventualmente isso se deve a que os municípios onde há HPEG são principalmente os maiores do estado, onde os partidos pequenos tendem a ser um pouco mais organizados e eleger proporcionalmente mais candidatos.

Os partidos pequenos, apesar de pouco significativos, especialmente em Santa Catarina, podem ter participação relevante no processo eleitoral em determinadas ocasiões, tendo apesar de minoritariamente, acrescentado importância a coligações e eleito candidatos por todas as regiões do estado. O maior conhecimento sobre seu pouco discutido papel na política catarinense é importante por abordar aspectos muitas vezes pouco relevados, mas que eventualmente podem vir a ser determinantes para a transcorrência do processo eleitoral.

Referências Bibliográficas

ALVES, José Eustáquio Diniz e ARAÚJO, Clara. *Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas*. Revista Dados no 3, Rio de Janeiro, 2007.

BACKES, Ana Luísa. *“Legislação sobre financiamento de partidos e campanhas eleitorais no Brasil em perspectiva histórica”*. Estudo, Dezembro 2001.

BARBOSA, Rafaela Aparecida Emérito Ferreira. *Cláusula de Barreira: Uma análise da jurisprudência do STF a partir da Constituição Federal de 1988*. 2008. 40f. Monografia (Escola de Formação) – Sociedade Brasileira de Direito Público, São Paulo, 2008.

BRAGA, Maria do Socorro e BOURDOUKAN, Adla. *“Partidos Políticos No Brasil: Organização Partidária, Competição Eleitoral e Financiamento Público.”* Perspectivas: São Paulo, v.35 Jan/Jun. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. 29 ed. Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações, 2008.

BRAVO, Juan Hernandez, *La Delimitación Del Concepto de Partido Político*. In MARQUEZ (org) *Curso de Partidos Políticos*. Akal, Madrid, 2003.

CARREIRÃO, Yan De Souza, *Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina*. Revista Opinião Pública vol.12 no.1 Campinas, Abril e Maio 2006.

CARVALHO, Eder Aparecido. *“PSD, UDN e PTB, os três grandes partidos da terceira república”*. CSOnline, ano I número I, Fev. 2007

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro. 2001

_____ Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In *Nation-building in Nineteenth-century Latin America*. Leiden: Research School CNWS, 1998, pp. 83-100.

CERVI, Emerson Urizzi e SOUZA, Nelson Rosário: *Mídia e eleições em Curitiba: estratégias discursivas do PT e do PSDB em 2004 e 2008*. Trabalho apresentado no III

Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação Política – Compolítica – 2009 durante o GT 2 – Mídia e Eleições.

_____ *Eleições e variedades nas primeiras páginas de dois jornais, análise dos critérios de visibilidade temáticos em dois periódicos Diários Do Paraná*. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la , 2009 – eptic.com.br

DANTAS, Humberto: *Coligações nas eleições municipais de 2000 e 2004: a força dos partidos dos governadores*. Texto para apresentação no 6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. De 29 de julho a 01 de agosto de 2008; UNICAMP, Campinas – SP

DIAS, Márcia Ribeiro: *Projeção da Imagem Partidária nas Estratégias da Campanha na Televisão: uma Análise do HGPE 2002* Revista Brasileira de Ciências Sociais. V.16 n.46. São Paulo, Junho de 2001

FARACO JR Antônio Luiz Arquetti. *Partidos e sistemas partidários no Brasil do século XX*. 2007, 117 f., enc.

GABARDO, Emerson e SALGADO, Desireé; *O processo eleitoral no Brasil Império*, Revista Paraná Eleitoral número 47, Janeiro de 2003. Disponível em: http://www.paranaeleitoral.gov.br/imprimir_texto.php?tipo_texto=impresso&cod_texto=158 Acesso em 25/03/2011

GRINBERG, Lúcia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a ARENA, 1965-1979*. Rio De Janeiro: Mauad X, 2009.

JARDIM, Márcia. *Palanque Eletrônico em Eleições Locais: Aspectos do Acesso dos Municípios ao HGPE na Televisão*. Curitiba, Revista Sociologia Política número 22. Junho de 2004.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli, *Câmaras Municipais, Partidos e Negociações Políticas*. Trabalho apresentado em GT de Estudos Legislativos na Universidade de Tulane. New Orleans, EUA, 27 a 29 de Março de 2008.

KINZO, Maria D'Alva, *Partidos, Eleições e Democracia no Brasil Pós-1985*. Revista brasileira de Ciências Sociais vol.19 no.54 São Paulo Fevereiro 2004

_____ *Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil*. Revista Brasileira De Ciências Sociais. 2005, vol.20, n.57, pp. 65-81.

MACHADO, Carlos Augusto Mello e MIGUEL, Luiz Felipe: *Coerência, coesão e consistência: uma proposta de tipologia para coligações municipais*. Texto para apresentação no 6º Encontro da ABCP ; Unicamp, Campinas, SP, 2008 . Área Temática: Eleições e Representação Política

MAINWARING, S. Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/Ed. FGV, 2001.

MARQUEZ, Manuel Mella. *Los Sistemas de Partidos*. In MARQUEZ (org) *Curso de Partidos Políticos*. Akal, Madrid, 2003.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de: *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1980.

MENEGUELLO, Rachel e LAMOUNIER, Bolivar; *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. Sao Paulo. Brasiliense, 1986.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros* Editora UFMG, Belo Horizonte, 2008.

MIRANDA, Geralda Luiza de. *O Comportamento dos Partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (1991-2007)*, Belo Horizonte, UFMG, 2008.

MIZUCA, Humberto Dantas de: *Coligações em Eleições Majoritárias Municipais, a lógica do Alinhamento dos Partidos políticos nas Disputas de 2000 e 2004*. Tese, Universidade De São Paulo, 2007.

NICOLAU, Jairo: *História Do Voto No Brasil*, São Paulo, Jorge Zahar Editor, 2000.

_____ *Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 2, 2002.

_____ *Partidos na República de 1946: Velhas Teses, Novos Dados*. Revista dados número 47. Rio de Janeiro, 2004

_____ *O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil*. Revista Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 49, p. 689-720, 2006

RENNÓ, Lúcio e SOARES, Dilion. *Reforma Política, Lições da História Recente*, Rio de Janeiro FGV, 2006.

RODRIGUES, Leôncio Martins, *Partidos Ideologias e Composição Social*, Revista Brasileira De Ciências Sociais vol.17 no.48 São Paulo Fevereiro 2002

SCHMITT, Rogério: *Partidos políticos no Brasil, 1945-2000*, São Paulo, Jorge Zahar Editor, 2000

SCHMITT, Rogério; CARNEIRO, Leandro Piquet; e KUSCHNIR, Karina. *“Estratégias de Campanha no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral em Eleições Proporcionais.”* Revista Dados v.42 n.2. Rio de Janeiro, 1999.

VIANA, João Paulo Saraiva Leão. *Fragmentação partidária e a cláusula de barreira: dilemas do sistema político brasileiro.* Pensar, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 125-135, jan./jun. 2008.

Sites Oficiais Consultados (acessos ao longo de todo o ano de 2011):

PRB: <http://www.prb.org.br/>

PSTU: <http://www.pstu.org.br/>

PSL: <http://www.pslnacional.org.br/>

PTN: <http://www.ptn.org.br/>

PSC: <http://www.psc.org.br/>

PPS: <http://portal.pps.org.br/>

PSDC: www.psdcbrazil.org.br

PSB: www.pcb.org.br

PRTB: <http://prtbnovouniverse.com.br/novo/>

PHS: www.phs.org.br/

PMN: <http://www.pmn.org.br/>

PTC: www.ptcnacional.com.br

PV: www.pv.org.br/

PRP: <http://www.prp.org.br/>

PSOL: <http://psol50.org.br/>

PC do B: <http://www.pcdob.org.br/>

TSE: www.tse.jus.br

TRE/SC: www.tre-sc.gov.br/

ANEXOS

Tabela com Glossário de siglas partidárias.

SIGLA	PARTIDO
DEM	Democratas
PAN	Partido Dos Aposentados da Nação
PASART	Partido Socialista Agrário Renovador Trabalhista
PBM	Partido Brasileiro de Mulheres
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCN	Partido Comunitário Nacional
PCO	Partido Da Causa Operária
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDC	Partido Democrata Cristão
PDCdoB	Partido Democrata Cristão do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PEB	Partido Dos Estudantes do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PGT	Partido Geral Dos Trabalhadores
PHN	Partido Humanista Nacional
PHS	Partido Humanista Da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PLP	Partido Liberal Progressista
PMDB	Partido Do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido Da Mobilização Nacional
PMB	Partido Municipalista Brasileiro
PMSB	Partido Municipalista Social Brasileiro
PN	Partido Nacionalista
PNTB	Partido Nacional Trabalhista Brasileiro
PP	Partido Progressista
PP	Partido Popular
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPR	Partido Progressista Reformador

PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido Da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	Partido Da Reedificação da Ordem Nacional
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PRS	Partido das Reformas Sociais
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrata
PSDB	Partido Social Democrata Brasileiro
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSP	Partido Social Progressista
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PST	Partido Social Trabalhista
PSTU	Partido Socialista Dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido Dos Trabalhadores
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PTR	Partido Trabalhista Renovador
PTdoB	Partido Trabalhista Do Brasil
PV	Partido Verde